



Índice

- 01 "Exclusivo: Bolivianos culpam Brasil por enchentes e desejam processar o país por danos e prejuízos de bilhões de dólares"
- 02 Trabalho semi escravo, prostituição infantil, confrontos: a guerra no Vale do Ribeira contra uma hidrelétrica
- 03 Morre Digut Gavião, uma das grandes referências indígenas de Rondônia
- 04 Após reunião com MPF, índios desocupam prédio em Marabá, no PA
- 05 Ninawa Huni Kui no MPF AC: Lutar não é crime! Queremos o Pastor Raimundo Costa fora do DSEI/ARPU
- 06 PA – Madeireiros distribuem armas e mandam atirar e jogar caminhões em cima dos colonos. Isso, sim, é terrorismo!
- 07 PM atira contra atingidos e prende três lideranças do MAB em Rondônia
- 08 PA – Liderança é ameaçada por madeireiros, e há possibilidade de confronto iminente em Monte Alegre
- 09 Petição por um 'Trem da Alegria' na Saúde Indígena? Foi esse o resultado da 5ª Conferência?
- 10 Comissão da Verdade: Audiência – Violação dos Direitos Indígenas (1946-1988)
- 11 Comissão traz à tona violência contra índios em Minas na ditadura



- 12** História, memória e luta contra o projeto da UHE Ji-Paraná: uma homenagem a Digut Gavião
- 13** Relatora da ONU recebeu denúncias de quilombolas e comunidades urbanas sobre o direito à moradia adequada em Salvador
- 14** Indigenistas radicais recuam e admitem pagar por áreas demarcadas
- 15** Jornalistas são perseguidos por cobertura da Questão Indígena
- 16** Devido à saúde indígena, procuradoria entra com ação contra o governo
- 17** Cidade de MT decreta situação de emergência após chuvas intensas
- 18** Prefeito Maurílio Ferreira Azambuja participa de encontro na Comunidade Quilombola São Miguel
- 19** Indígenas fazem curso em busca de oportunidade em construção de fábrica
- 20** Em RR, seminário aborda decisão de embargos sobre Raposa Serra do Sol
- 21** Pauta dia 25 - às 19h: Indígenas recebem diploma de técnico em agropecuária
- 22** Comissão Nacional da Verdade analisou violações de direitos indígenas de MS
- 23** Escola indígena de Dourados conquista premiação nacional da Embrapa
- 24** BBC descobre o óbvio: Quem mata índio no Brasil é falta de assistência e não falta de terra
- 25** AC – Sesai se defende tentando criminalizar lideranças indígenas e acusá-las de quererem cargos e privilégios
- 26** Rap ganha popularidade entre índios ao denunciar violência



Boletim de Notícias - Edição nº 35./ 2014

Brasília, 24 de fevereiro de 2014.

-
- 27** [Área indígena do MS lideraria ranking de capitais mais violentas](#)
 - 28** [A cada 100 índios mortos no Brasil, 40 são crianças](#)
 - 29** [Desnutrição matou 419 crianças indígenas desde 2008](#)
 - 30** [Operadores dos direitos indígenas debatem “desafios e estratégias atuais na defesa dos direitos indígenas”](#)
 - 31** [Savi prestigia sétimo Ribeirinho Pantaneiro](#)



“Exclusivo: Bolivianos culpam Brasil por enchentes e desejam processar o país por danos e prejuízos de bilhões de dólares”

SÍTIO MAIS RO, 21.02.2014

Mais um imbróglio vem aí pela frente envolvendo as usinas do rio Madeira, o progresso e a discórdia. O consultor ambiental boliviano, Walter Justiniano Martinez, 54, de Guayaramerin (Bolívia), tem em mãos um relatório onde consta que o Brasil é o culpado pelas enchentes na Bolívia, que culminou com 60 pessoas mortas e 90 mil cabeças de gados perdidas. O prejuízo é de cerca de 50 bilhões de dólares e mais de 40 mil hectares de culturas agrícolas afetadas. Segundo ele, “o governo boliviano sabia dos problemas que seriam provocados pelas barragens das usinas de Jirau e Santo Antônio e não fez nada a este respeito”. Explicando, as represas de Jirau e Santo Antônio não deixam a água escoar, culminando com enchentes rio acima, pegando o Beni. As fortes chuvas que caem sobre a Bolívia agravaram ainda mais o problema. Veja no mapa abaixo.

Bolívia conhecia os efeitos de barragens brasileiras na Amazônia. O governo sabia que as barragens construídas na bacia do rio Madeira causariam grandes inundações no país por mais de seis anos.

Em 2006, o ministro dos Negócios estrangeiros David Choquehuanca, enviou uma carta para seu homólogo brasileiro manifestando o o perigo da construção destas barragens para a Bolívia. O governo boliviano já tinha alertado sobre os impactos há mais de sete anos.

Na nota enviada por Choquehuanca, citado em La Razón (jornal boliviano), argumentou-se que entre os impactos prováveis “é considerado a inundação do território boliviano, como um efeito dos reservatórios que afetarão, de um lado, a existência da Floresta Amazônica, na bacia do Madeira, as riquezas em castanha”.

O processo de consulta bi-nacional com vários encontros e reuniões presidenciais, ministeriais e técnicas foi lançado em novembro do mesmo ano. O II encontro técnico realizado nos dias 30 e 31 de outubro de 2008, em La Paz, a troca de informações sobre os projetos hidrelétricos Jirau e Santo Antonio. Bolívia, então, expressa seu aborrecimento pela ausência de delegados técnicos suficientes, do Brasil, apesar do compromisso.

No mesmo tempo, organizações camponesas da Bolívia e do Brasil criaram o movimento em defesa da bacia do Rio Madeira e a Região Amazônica.

Estudos e declarações de organizações de proteção ambiental também alertaram para os riscos, incluindo a Liga de Defesa do Ambiente (Lidema), que, em 2009, exortou o governo “em conformidade com os acordos internacionais, independentemente da agenda positiva com o governo brasileiro”.]

Em 2011, um seminário sobre projetos de energia no Brasil, o Vice Ministro Juan Carlos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 35./ 2014

Brasília, 24 de fevereiro de 2014.

Alurralde, disse à Reuters que o governo não estava satisfeito com os relatórios do Brasil em defesa da hidrelétrica e esperava mais esclarecimentos e garantias.

Então, o primeiro secretário da Embaixada do Brasil na Bolívia, Ruy Ciarlini, disse à Reuters que eles tinham “dados científicos que mostram que não há nenhum risco”. Até ontem, em Beni foram relatadas 84 mil carcaças (gado) e perdas de 50 bilhões de dólares. Mais de 39 mil hectares de culturas afetadas, enquanto o número de vítimas cresce dia a dia devido às enchentes.

O presidente Evo Morales, solicitou na terça-feira, investigações sobre o impacto das enchentes no Beni.

Trabalho semi escravo, prostituição infantil, confrontos: a guerra no Vale do Ribeira contra uma hidrelétrica

SÍTIO DIÁRIO CENTRO DO MUNDO, 21.02.2014



No Vale do Ribeira, região com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado de São Paulo, a Companhia Brasileira de Alumínio, CBA, tenta a todo custo transformar seu projeto da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto em realidade. Prostituição infantil, trabalho análogo a escravo – o dia no bananal rende R\$ 15,00 –, uso indiscriminado de agrotóxicos e quilombolas mortos em conflitos agrários completam o cotidiano local.

A supressão ilegal de mata atlântica por latifundiários bananeiros, quase sempre às margens dos inúmeros cursos d'água, agrava ainda mais o cenário de assoreamento do Rio Ribeira de Iguape, que no passado foi navegável em quase todo seu percurso. Há ainda passivos ambientais deixados por atividades minerárias, contribuindo com altas dosagens de metais pesados em seus afluentes. Mesmo assim, o Ribeira ainda dispõe de belíssimas paisagens.

Com imensurável patrimônio ambiental, o Vale do Ribeira é tido como a Amazônia Paulista. Com o maior conjunto de mata atlântica contínuo, a região abriga um dos maiores complexos espeleológicos do planeta, intitulado Circuito das Cavernas da Mata Atlântica. Aproximadamente 40 cavernas atraem pesquisadores e praticantes de ecoturismo de todo o mundo. A mais famosa é a Caverna do Diabo, de fácil acesso.

É também no Vale do Ribeira que se concentram 51 comunidades quilombolas, remanescentes
CONT.



do trabalho escravo da mineração no século XVIII, refugiados da região de Iguape. Nestas comunidades, a agricultura de subsistência é prática difundida. Há rica diversidade de manifestações culturais que remetem aos seus ancestrais africanos. Há ainda populações ribeirinhas, posseiros, pequenos agricultores, pescadores e comunidades tradicionais.

A concessão para construção da Usina Hidrelétrica no Rio Ribeira de Iguape pela União é datada de 1988. De lá para cá, a CBA, empresa do Grupo Votorantim, tornou-se uma colecionadora de derrotas, fruto do insistente conflito com a comunidade local.

Concebida para produzir energia para o complexo metalúrgico da CBA, no município de Alumínio, a área destinada para a hidrelétrica está localizada entre os municípios de Adrianópolis (PR) e Ribeira (SP). A proposta contempla ainda outras três hidrelétricas ao longo do Rio Ribeira, mesmo lugar onde Carlos Lamarca estabeleceu seu foco de guerrilha na década de 70. Por curiosidade, na região também está situada a família do Deputado Jair Bolsonaro.

A CBA, ciente da fragilidade do componente econômico e fundiário da região, adquiriu 60% de suas terras com a velha lógica de desrespeito à legislação ambiental, colocando as populações tradicionais como obstáculo e entrave para o progresso. Até agora, 689 famílias foram removidas no processo de compra de terras. Houve redução de renda e o desemprego de meeiros, arrendatários e posseiros. Pastores neopentecostais vêm angariando fiéis com o discurso da cura e do sucesso financeiro, com apoio de deputados estaduais de São Paulo.

O projeto inicial da Hidrelétrica de Tijuco Alto previa a inundação de áreas de preservação permanente e de comunidades quilombolas. A inundação de terras vizinhas do Ribeira pode levar ao desaparecimento de diversas cavernas, bem como impactar diretamente a zona estuária da região de Cananéia, onde desagua o Ribeira.

Com a mobilização das comunidades tradicionais e com forte pressão de ambientalistas, o Ministério Público suspendeu a licença prévia em 1999 por considerar o empreendimento passível de licenciamento federal, uma vez que envolve áreas de dois Estados.

Em 2003, o IBAMA ficou encarregado pela nova fase do licenciamento ambiental. A partir de então, a CBA mobilizou um contingente de engenheiros e técnicos para aceleração do processo. Em 2007, após audiências públicas realizadas em vários municípios do Vale do Ribeira, populações ribeirinhas e quilombolas contestaram os estudos de impacto sobre o meio ambiente. Em Maio de 2013, a Fundação Cultural Palmares, instituição pública ligada ao Ministério da Cultura, apresentou parecer favorável a construção de Tijuco Alto, provocando novas manifestações e protestos de comunidades quilombolas.

Por outro lado, a expectativa da população das cidades de Eldorado, Ribeira e Adrianópolis é o progresso com a instalação da obra. Tal perspectiva se dá em alusão ao desenvolvimento econômico das cidades do entorno da hidrelétrica de Itaipu, perspectiva largamente difundida pelos agentes da CBA. Há ainda a ilusão propagada pelos técnicos de que as sucessivas enchentes nos municípios do Vale do Ribeira seriam sanadas com o advento da construção da barragem.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 35./ 2014

Brasília, 24 de fevereiro de 2014.

Para o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB), o objetivo principal de barragens como a de Tijuco Alto é gerar energia para a indústrias de alto consumo, as chamadas indústrias eletrointensivas. Estas indústrias não só consomem muita energia, mas também se apoderam do meio de produção (água). O MAB ainda aponta para a falsa propaganda da CBA que difunde entre a população local sobre a geração de emprego e renda.

Os conflitos têm passado à margem da ação do governo do Estado. A ausência de assistência médica, dificuldades de acesso, falta de programas de desenvolvimento econômico e o uso recorrente da violência na disputa de terras dilapidam a mais bela região de São Paulo: o Vale do Ribeira.



Morre Digut Gavião, uma das grandes referências indígenas de Rondônia
SÍTIO TUDO RONDÔNIA, 22.02.2014

Foi homenageado no ano passado pela UNIR – Campus de Ji-Paraná - no VI Seminário de Educação pelas contribuições, defesa de seu povo e por ter sido um dos responsáveis pelo...

Os Povos indígenas de Rondônia, principalmente os Gavião Ikolen, estão tristes. Morreu nesta sexta-feira 21 de fevereiro de 2014, em Porto Velho-RO, uma das grandes lideranças indígenas de Rondônia, o guerreiro Digut Gavião. Estava internado há alguns dias e faleceu em decorrência de problemas respiratórios.

Pai do atual cacique Catarino Sebirop, Digut Gavião, cujo nome significa "Esconderijo de caça", morava na Terra Indígena Igarapé Lourdes, em Ji-Paraná.

Foi homenageado no ano passado pela UNIR – Campus de Ji-Paraná - no VI Seminário de Educação pelas contribuições, defesa de seu povo e por ter sido um dos responsáveis pelo contato com os não-indígenas na região central do estado de Rondônia na 2ª metade do século XX, registro sistematizado pela antropóloga Betty Mindlin no livro *Couro dos Espíritos*.

Narrou importantes fatos da história do Povo Gavião neste livro: o primeiro encontro que aconteceu entre os indígenas da etnia Arara e o seu povo, suas diferentes indumentárias; as sensações que teve ao apertar a mão de um "branco" pela primeira vez (a faca que ganhou de "presente" do seringalista Barros, o convívio inicial com os não indígenas, as doenças – principalmente as gripes, as mortes e os conflitos com os seringueiros e seringalistas.

Na ocasião da homenagem, Catarino Gavião afirmou que: "Meu pai é um cacique muito ativo, falado, guerreiro, sabe muito e preserva a cultura do povo Gavião. Ele gosta muito de ficar na aldeia e não gosta de sair, gosta de mostrar que é indígena Tupi-Mondé. O meu pai conheceu os soldados da borracha, foi o primeiro índio a ter contato com eles. Andava procurando facão e machado para fazer as suas roças. A busca destas ferramentas facilitava a preparação da roça. Antes de conhecer não indígena ele já falava da existência do branco. Ele é um dos mais antigos do povo Gavião é muito lúcido, só fala na língua Tupi-Mondé".

Os Gavião por muito tempo foram chamados de Digut, nome de Sorabáh Digut Gavião, um equívoco por parte do pesquisador Harald Schultz, que confundiu o nome do indígena com a sua etnia.

O corpo será velado e enterrado em Ji-Paraná.

Por Josélia Neves



Após reunião com MPF, índios desocupam prédio em Marabá, no PA

SÍTIO G1/PA, 22.02.2014

*Índios de 14 aldeias ocuparam prédio por quase 2 semanas.
Lideranças indígenas não aceitaram acordo proposto por distrito especial.*

Índios de 14 aldeias do sudeste do estado que ocupavam o polo do distrito sanitário especial indígena em Marabá deixaram o prédio na última sexta-feira (21), após uma reunião com representantes do Ministério Público Federal (MPF) no município. A ocupação durou quase duas semanas.

Na reunião, representantes do distrito sanitário especial indígena apresentaram propostas para por fim ao protesto, mas as lideranças indígenas não aceitaram o acordo. Um procurador da República intermediou as negociações e exigiu que além da compra de medicamentos e da contratação de pessoal, também fosse feita a reforma dos postos de saúde das aldeias. Com isso, os índios concordaram em deixar o prédio.

Ninawa Huni Kui no MPF AC: Lutar não é crime! Queremos o Pastor Raimundo Costa fora do DSEI/ARPU

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.02.2014



Por Ana Patrícia Ferreira

As comunidades indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia estão há uma semana na cidade de Rio Branco, numa mobilização cujo objetivo é defender a garantia do direito a uma saúde de qualidade. Isso compreende medicações receitadas por médicos, agilidade nos procedimentos, condições de trabalho para as equipes multidisciplinares dos Polos Bases e transparência quanto ao uso dos recursos públicos.

Em reunião no Ministério Público Federal no Acre, no dia 20, quinta-feira, Ninawa Huni Kui afirmou que as características atuais da saúde indígena na região estão longe de tudo isso, marcadas pela "falta de compromisso do Pastor Raimundo Costa, pela promessas mentirosas do Pastor Raimundo Costa, pela ditadura do pastor Raimundo Costa. Isso faz com que as comunidades de abrangência do Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI/ARPU solicitem a saída do Pastor Costa da Saúde Indígena".

Ninawa Huni Kui fez questão de reafirmar que as razões que trouxeram as lideranças de suas aldeias "não têm nada a ver com (1) influência de terceiros; (2) candidatos políticos; (3) interesse por cargos; ou (4) questões pessoais. Lutar não é Crime!". E fechou com um lema: "Unir para Lutar e Unificar para Vencer".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 35./ 2014

Brasília, 24 de fevereiro de 2014.

Vale esclarecer que os povos indígenas Apurina, Jamamadi, Machineri, Huni Kui, Kaxaxari e Jaminawa continuam ocupando o DSEI em Rio Branco e estão decididos a só saírem quando o coordenador for demitido do cargo.



PA – Madeireiros distribuem armas e mandam atirar e jogar caminhões em cima dos colonos. Isso, sim, é terrorismo!

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.02.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Através de Felipe Milanez e do sociólogo Paulo Oliveira, chegam novas notícias dos arredores de Monte Alegre, Pará. De acordo com elas, os madeireiros estão distribuindo munição e armas para os caminhoneiros de toras, com a instrução de, se encontrarem barricadas, 'atirar nos colonos e jogar o caminhão em cima do povo'.

Na manhã de hoje, bem cedo, os madeireiros ameaçaram de morte o Presidente da Associação dos Produtores Rurais Matona Serra Azul, Sr. Nanam, uma das principais lideranças da resistência contra o desmatamento ilegal de uma das áreas mais preservadas do oeste do Pará.

Revoltados com as ameaças e com a ação dos madeireiros, os colonos decidiram se reunir na boca do km6 da estrada de Monte Alegre, com o intuito de criar uma barreira humana até a chegada das autoridades responsáveis, que já foram avisadas da possibilidade de confronto a qualquer momento.

Paulo Oliveira solicita o apoio de entidades nacionais e internacionais, assim como de autoridade federais, para evitar um possível massacre, como Eldorado dos Carajás, e garantir a vida do Sr. Nanam. Contatos de ajuda podem ser feitos pelo celular 093-9166-8909.

PM atira contra atingidos e prende três lideranças do MAB em Rondônia
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.02.2014



MAB

Por volta das 17 horas desta sexta-feira (21), a Polícia Militar do Governo do Estado de Rondônia reprimiu violentamente o trancamento da BR 364, realizado por moradores de Jaci Paraná, distrito localizado a cerca de 100 quilômetros de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, e atingido integralmente pela barragem da hidrelétrica de Santo Antônio.

Horas antes, representantes dos moradores de Jaci Paraná, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e da Polícia Militar entraram em acordo em relação à manifestação. Os atingidos alternariam doze horas de trancamento com duas de rodovia liberada.

Entretanto, poucas horas após o início do trancamento, um contingente da PM foi acionado para reprimir os moradores. Os policiais atiraram balas de borracha e prenderam três pessoas que foram levadas à cidade de Porto Velho.

Militantes do MAB e moradores de Jaci Paraná exigem a soltura imediata dos moradores, além de uma posição do governo do estado e do governo federal sobre o ocorrido.

Jaci Paraná: no centro dos problemas

CONT.



O distrito de Jaci Paraná, localizado a 90 km da capital, sofre inúmeros consequências sociais desde o início da construção das duas usinas, como inchaço populacional, piorando a situação de ausência de estruturas de saúde, educação, segurança e transporte, além de elevados índices de violência e prostituição. Santo Antônio inundou a vida das famílias e Jirau trouxe o caos, junto a mais de 20.000 operários, que se revoltaram em 2011 pela superexploração de seu trabalho.

O distrito cercado pelo reservatório da usina de Santo Antônio é atingido frequentemente por inundações depois da instalação da UHE Santo Antônio, com infiltração de água do reservatório no lençol freático e contaminação dos poços de água para consumo humano e convertendo diversas partes de Jaci Paraná em área de risco. Porém, nesse mês, o alagamento atingiu níveis muito acima do normal, afirmam famílias de Jaci Paraná que vivem na região há gerações.

Para o MAB e outras organizações, a acumulação de água nos reservatórios e o aumento da vazão dos vertedouros das usinas de Santo Antônio e Jirau potencializaram os alagamentos naturais do período e mais áreas, que antes não sofriam alagamento, são atingidas.

No ano passado, a Santo Antônio Energia solicitou junto à ANEEL o aumento de 80 centímetros da cota do espelho d'água do reservatório da hidrelétrica de Santo Antônio. O que está em jogo nesse aumento é uma receita extra estimada em R\$ 3 bilhões para as empresas responsáveis pela usina ao longo dos anos de concessão, diante do sofrimento das famílias.

A partir das 16 horas do dia 17, iniciou-se uma manifestação que durou 16 horas, envolvendo cerca de 500 atingidos pelas barragens de Santo Antônio e Jirau no distrito de Jaci Paraná junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens, que trancaram a BR 364. A rodovia dá acesso à Usina de Jirau, portanto o trânsito e a passagem dos ônibus que levam os operários às obras da hidrelétrica ficaram bloqueados.

Após o protesto de segunda-feira, representantes dos moradores de Jaci Paraná, do MAB, do Ministério Público Federal e do Governo do Estado de Rondônia se reuniram, na quarta-feira (19), em Porto Velho, para discutir soluções para os problemas dos atingidos na região.

Todos os carros ligados ao serviço público de saúde, como o transporte de funcionários e ambulâncias, viaturas das polícias, Defesa Civil e carros de apoio tiveram livre acesso pela barreira.

Esse fato evidenciou o caráter da reivindicação das famílias, ou seja, a execução dos compromissos assumidos pelas empresas e, para isso, devido à omissão do IBAMA, as famílias exigem a intervenção do Governo Federal para estabelecer diálogo com os empreendedores.

Na ocasião, o chefe de gabinete do governador, Waldemar Albuquerque, assegurou que o governo do estado daria apoio aos atingidos cobrando uma intervenção do governo federal na região, através da Secretaria Geral da Presidência da República, que já iniciou um processo de negociação com o MAB em dezembro de 2013, mas ainda não agendou a continuidade, que estava prevista para janeiro desse ano em Porto Velho.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 35./ 2014

Brasília, 24 de fevereiro de 2014.

No dia seguinte (20), outra reunião foi realizada, desta vez com o prefeito de Porto Velho, Mauro Nazif, os Ministérios Públicos, Federal e Estadual, e o MAB, na sede da secretaria de planejamento do município. O prefeito também declarou a necessidade de que o Governo Federal traga novamente as empresas e o IBAMA pra solucionar os problemas que se agravam.

Porto Velho corre perigo

O MAB alerta, que em função da situação que se encontram as duas hidrelétricas, toda a população de Porto Velho, a montante e jusante do rio Madeira, corre sérios riscos. A nossa luta, a luta em defesa do direito das populações que estão sendo afetadas e a luta em defesa da vida seguirão firmes, e desde já convocamos toda população a se somar nas próximas lutas.

Denunciamos a Suez e Odebrecht e as estatais Chesf e Furnas por essa lamentável postura intolerante contra os interesses dos mais pobres. Não é com polícia que se trata a solução dos problemas dos trabalhadores e trabalhadoras atingidos por barragens.

Por isso, exigimos:

Liberdade imediata aos presos

Punição aos policiais envolvidos

Soluções imediatas para as famílias atingidas!

Investigação e punição das irregularidades cometidas pelos consórcios construtores das barragens de Santo Antônio e Jirau e que reparem perdas da população com as cheias!



PA – Liderança é ameaçada por madeireiros, e há possibilidade de confronto iminente em Monte Alegre

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.02.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Através de Felipe Milanez e do sociólogo Paulo Oliveira, chegam notícias sobre ameaças de um iminente conflito entre colonos e madeireiros no interior de Monte Alegre, Pará. Os madeireiros ameaçaram de morte, esta manhã, o Presidente da Associação dos Produtores Rurais Matona Serra Azul, Sr. Nanam, uma das principais lideranças da resistência contra o desmatamento ilegal de uma das áreas mais preservadas do oeste do Pará.

Revoltados com as ameaças e com a ação dos madeireiros, os colonos estão se reunindo na boca do km6 da estrada de Monte Alegre, com o intuito de criar uma barreira humana até a chegada das autoridades responsáveis, que já foram avisadas da possibilidade de confronto a qualquer momento.

Paulo Oliveira solicita o apoio de entidades nacionais e internacionais, assim como de autoridade federais, para evitar um possível massacre, como Eldorado dos Carajás, e garantir a vida do Sr. Nanam (celular 093-9166-8909).



Petição por um 'Trem da Alegria' na Saúde Indígena? Foi esse o resultado da 5ª Conferência?

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.02.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Recebemos uma denúncia que parece demonstrar que, no chamado campo da 'Saúde Indígena', cada vez que se pensa ter chegado o fundo do poço, descobrimos que o buraco ainda pode ser maior. Agora, está rolando na internet um pedido de apoio para uma "petição pública em defesa da efetivação dos profissionais de saúde indígena". Segundo o texto, são mais de 15 mil profissionais contratados pelas "entidades privadas conveniadas", trabalhando principalmente na Amazônia Legal. Ou seja: onde se dá a maioria absoluta das reclamações e conflitos contra Dseis e Sesai! A efetivação se daria através de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a ser votada pelo insigne Congresso Nacional.

De acordo com os termos da petição, essa proposta teria sido aprovada na 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada no início de dezembro de 2013, embora vá de encontro a todas as manifestações anteriores do movimento indígena, que luta por um Concurso Público Específico e Diferenciado, a ser construído no bojo de uma mobilização por autêntica autonomia, controle social e gestão participativa nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

Marcada com um ano de antecedência, em 2012, a Conferência, que deveria ter sido realizada de 26 a 30 de novembro de 2013, foi adiada, já no início do mês, para os dias 2 a 6 de dezembro. Embora tenha comparecido em peso, o Movimento Indígena estava bastante envolvido, na ocasião, com a crescente luta contra os ruralistas e a demarcação de suas terras. A ação culminou, inclusive, com a entrega de uma Carta Pública dos Povos Indígenas do Brasil à presidenta Dilma Rousseff durante a V Conferência Nacional de Saúde Indígena.

Seja lá como for, a questão já está rolando. É urgente, pois, que as lideranças indígenas a respeito da tal Petição Pública, cujo texto segue abaixo:

"A 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (CNSI) foi convocada pela Portaria nº 2.357/GM/MS, de 15 de dezembro de 2012, tendo como objetivo aprovar diretrizes para as políticas de saúde executadas nas aldeias, por parte dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) que integram o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no SUS (SasiSUS), sendo também um espaço para debates sobre a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

Atualmente, além dos trabalhadores efetivos do quadro do Ministério da Saúde/ Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) em exercício nos DSEI, existem mais de quinze mil profissionais contratados por entidades privadas conveniadas [grifo deste blog], através de regime CLT, e contratados por processo seletivo CTU – que já fazem parte do quadro do ministério da saúde – sendo que parte desses profissionais atua junto às comunidades

CONT.



indígenas há mais de dez anos, sem nenhuma garantia de estabilidade, o que não raro ocasiona rotatividade de profissional, gerando os chamados “vazios assistenciais” (locais com carência de profissionais de saúde).

A rotatividade de profissionais compromete o estabelecimento de “vínculos” entre as comunidades indígenas e as Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI). Outro prejuízo ocasionado pela falta de estabilidade é o ônus financeiro ao SasiSUS, devido à necessidade permanente de investimento em capacitações de novos profissionais contratados para recompor as EMSI.

As capacitações se justificam pela necessidade de preparar os profissionais para, além de garantir o cuidado integral à saúde dos indígenas, atuarem em contexto intercultural, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, garantido o respeito às especificidades culturais.

Esses profissionais que compõem as EMSI trabalham em regime de dedicação exclusiva, sendo que a maioria atua na região da “Amazônia Legal”, em áreas de difícil e/ou difícilíssimo acesso, onde os meios de transporte são predominantemente fluviais ou aéreos, obedecendo a escalas de “entradas nas áreas”, onde permanecem em média um mês longe de seus familiares, se expondo diuturnamente a riscos de acidentes diversos, como acidentes por ataques de animais silvestres e peçonhentos, além dos acidentes fluviais e aéreos, que vem ceifando as vidas desses valiosos e abnegados profissionais, que normalmente são “arrimo de família”, de cujos pais/mães, companheiros (as), filhos (as), além de sofrerem a perda do ente querido, ficam desamparadas financeiramente.

Dessa forma, contamos com vossa sensibilidade e senso de justiça, para defender junto ao Congresso Nacional, Ministério da Saúde e Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), as propostas e moções aprovadas na 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (CNSI), que buscam estabelecer mecanismos diferenciados de trabalho aos profissionais do quadro de pessoal da Saúde Indígena, bem como minimizar as dificuldades de fixação desta força de trabalho no interior do país e em áreas de difícil acesso, garantindo incentivos ou benefícios aos médicos e outros profissionais de saúde que trabalham dentro dos territórios indígenas (aldeias) ou que permanecem em área indígena por período prolongado, conforme relacionado a seguir:

1. Criação de PEC ou PLP, para efetivação dos profissionais que atuam no SasiSUS; atualmente contratados via CLTe\ou CTU (a exemplo do que foi feito para os Agentes Comunitários de Saúde Indígena).”



Boletim de Notícias - Edição nº 35./ 2014

Brasília, 24 de fevereiro de 2014.

Comissão da Verdade: Audiência – Violação dos Direitos Indígenas (1946-1988)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.02.2014

São dois longos vídeos (a audiência durou ao todo cerca de 10 horas), mas, mesmo que não sejam vistos na íntegra aqui, nossa intenção é socializá-los, oferecendo um acesso fácil para o registro das denúncias, da história e da memória, através deste documento fundamental de História Oral, na defesa dos povos indígenas. (Tania Pacheco)

DAV – Divisão de Audiovisual da UFGD, 21/12/2014

http://www.youtube.com/watch?v=2kJjALM2_vI&feature=player_embedded

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=reXWS77vWSg

Comissão traz à tona violência contra índios em Minas na ditadura

SÍTIO HOJE EM DIA, 23.02.2014



CARMÉSIA E RESPLENDOR – Prestes a completar 50 anos do golpe militar de 1964, novas histórias de violência ainda vêm à tona. Como as agressões cometidas por militares aos povos indígenas. Os casos são investigados pela Comissão da Verdade de Minas. O trabalho de resgate dos fatos está sendo feito em parceria com o Ministério Público Federal (MPF) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi-Leste).

Os caciques Baiara Pataxó e Douglas Krenak atuam como consultores do grupo coordenado pelo ex-vereador Betinho Duarte (PSB), membro da Comissão da Verdade, que investiga massacres contra os povos Guarani, Krenak e Pataxó no Estado, ocorridos durante o regime militar.

As tristes lembranças desse período estão ainda na memória dos antigos, os “troncos velhos”, das Terras Indígenas (TI) Guarani, em Carmésia, e Krenak, em Resplendor. Integrantes do MPF estiveram nesses locais no Vale do Rio Doce, onde índios de várias partes do Brasil eram submetidos a trabalhos forçados e sessões de tortura.

A colônia penal Guarani aprisionou em Carmésia índios considerados ‘delinquentes’ e grupos que lutavam por suas terras. Era uma continuação da experiência de confinamento de índios incrementada em 1968 com a instalação do Reformatório Krenak, em Resplendor.

CONT.



Em Minas, segundo foi apurado pela Comissão da Verdade, “as agressões foram cometidas por policiais militares”, disse Duarte. Relatos de índios ao Hoje em Dia, que foi às duas cidades, confirmam a violência a que foram submetidos. Violência que também foi registrada em documentos oficiais, como o Relatório Figueiredo, que investigou massacres de povos indígenas, com a participação do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

O trabalho, coordenado pelo procurador Jader de Figueiredo Correia, indicou que, além da corrupção sistêmica no órgão – mais tarde substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai), parte de seus agentes praticavam escravidão e tortura de índios brasileiros.

Exploração

O documento com as conclusões da investigação tem mais de 7 mil páginas que supunha-se estarem perdidas, mas foram localizadas em 2013 no antigo Museu do Índio, no Rio de Janeiro.

“De maneira geral, não se respeitava o indígena como pessoa humana, servindo de homens e mulheres como animais de carga, cujo trabalho deve reverter ao funcionário. No caso da mulher, torna-se mais revoltante porque as condições eram mais desumanas”, anotou Figueiredo em uma das páginas digitalizadas por Marcelo Zelic, vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais e coordenador do Armazém Memória.

As denúncias de escravidão aparecem nos relatos das “dezenas de testemunhas” e “centenas de documentos” que fizeram parte da apuração pedida pelo Ministério do Interior e motivada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, instaurada em 1963.

“O trabalho escravo não era a única forma de exploração. Muito adotada também era a usurpação do produto do trabalho. Os roçados laboriosamente cultivados eram sumariamente arrebatados do miserável sem pagamento de indenização ou satisfação prestada”, ressalta o procurador.

Policiais exploravam a mão de obra nas lavouras

O krenak Veríssimo, de 56 anos, recorda que saiu corrido de Resplendor, em companhia do pai, para não morrer ou sofrer como os demais índios. Foi parar na aldeia Cachoeirinha, no Mato Grosso do Sul.

Segundo os mais velhos, a Polícia Militar levou para as aldeias de Minas indígenas de várias etnias: krenak, Pataxó, Guarani, Maxakali, Xacriabá, Xavante, Tuxá, Pankararu.

No começo, a explicação dos PM é de que tinha pouco índio nessas aldeias.

Os krenak não se deram bem na Fazenda Guarani. Eram pescadores e caçadores, não ficaram, fugiram para Resplendor em 1981, conta o cacique krenak Zoim, o Luiz Viana.

Com alívio, ele diz que a vida na aldeia melhorou. “A gente cria gado, tem a escola e posto de
CONT.



saúde”.

Dona Maria, da aldeia Pataxó, conta que os “tenentes” faziam a cultura nas roças, o índio trabalhava a meia. “A polícia dava a terra preparada, a semente. Os meeiros entravam com o serviço”.

Ela comenta que conhece todas as grotas e nascentes do local. “É a terra mais rica de água, a herança dos que vão nascer daqui a 500 anos”.

Para sair da aldeia, só com ordem da polícia

Thiundaíba - o martim-pescador, na língua Pataxó - tem 88 anos, dos quais 39 vividos na Terra Indígena Guarani, em Carmésia. Veio da Bahia em 1975. “Os índios não podiam sair sem permissão do chefe do posto. Só com ordem por escrito. Se desobedecesse, o capitão mandava prender”, diz.

Era o tempo do capitão Pinheiro, o chefe geral de todas as aldeias indígenas. “Mais de 300 pessoas foram aprisionadas aqui. Depois foi acabando a pena deles e foram levados de volta”, conta.

“O capitão Vicente veio antes do Pinheiro. O Vicente era um carrasco. Mandava prender, mandava bater”, junta dona Maria Benedita dos Santos, a esposa. “Antes, todos foram escravos do Magalhães, o português que era dono da terra. A gente trabalhava feito burro, passava necessidade”. Segundo ela, mais da metade da terra indígena foi roubada por Magalhães.

“Nascida e criada aqui, como meus pais, o primeiro nome do ‘patrão’ nunca soube. Ele veio de Portugal; a dona dele, de Montes Claros”. Depois que o português morreu, “a polícia entrou, veio fazer os treinamentos dela aqui, a mando do governo. Essa rua toda era polícia. O treinamento militar era feito à noite. ‘Vocês não saiam a noite’, era a ordem. A gente ficava quietinho dentro de casa”, relata Maria.

Indígenas relatam histórias de muita dor e vergonha

“A Polícia Militar maltratou muito o krenak”, conta o índio Tracu, o Zezão, de 60 anos. “Eu tinha quatro anos de idade quando fomos levados para Maxakalis, no Vale do Mucuri. Depois, parte dos índios foram transportados para a Ilha do Bananal. Um dia fugimos”.

Os índios andavam a pé, levaram três meses para retornar à aldeia krenak, em Resplendor. Adultos e crianças comendo banana e mandioca, quando algum fazendeiro dava.

Segundo ele, Sebastiana, a tia de Douglas Krenak, um dos consultores da Comissão da Verdade, por causa de uma dose de pinga ficou presa oito anos. Bastianinha, como era chamada, já morreu. Já Valdemar Dias, o pai de Douglas, era menor de idade e ficou preso no reformatório. Chegou a ser amarrado pela cintura com uma corda e foi puxado por cavalo, porque depois do trabalho forçado foi pescar no Rio Doce.

CONT.



Zezão recorda que a enchente do Rio Doce, em 1979, derrubou o prédio da prisão construído na aldeia Krenak. "Aqui era cheio de polícia. Tinha o Valadão, Vicente, Oséas, Eustáquio, Orédio, que tinha um barrigão, mas era mau".

As crianças não sabiam de nada, mas os adultos contam que sofreram muito. "Meu coração até dói. Os mais velhos têm desgosto, vergonha e tristeza do que passaram". Ele conta que sua mãe, de 111 anos, não mora mais na aldeia, mas quando vem, chora sozinha na beira do rio.

Manelão

"Fiquei preso uns doze anos aqui. A Polícia batia tanto nos krenak que era preciso banhar com água e sal depois", recorda Manelão Pankararu, que se casou com uma krenak e vive na aldeia de Resplendor há mais de 40 anos.

"Foi o capitão Pinheiro que levou a gente para a aldeia Guarani, em Carmésia. Esse cara arrebentou os krenak. Tiraram nós na marra, jogaram todos dentro de um vagão de trem. Algemaram até os velhos. Foi gente levada também para São Paulo. Meu avô Joaquim Grande foi amarrado, mas depois fugiu. Todo mundo apanhou e foi maltratado". Ele plantou mandioca e cana, sem ganhar um real. "Se brincasse, o pagamento era o couro na cacunda. O canário dentro da gaiola não pode fazer nada".

História, memória e luta contra o projeto da UHE Ji-Paraná: uma homenagem a Digut Gavião

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.02.2014



Por Renata Nobrega

Deixo aqui minha homenagem ao grande Digut, o mais velho dos guerreiros Gavião de nossos tempos, que faleceu anteontem. Segue abaixo a transcrição de um dos diálogos travados com o chefe do acampamento e funcionários do CNEC, em 1988, no local onde seria construída a Usina Ji-Paraná, impedida após muita luta social. Digut aparece na foto, enfrentando os barrageiros. Se fosse construída, estaríamos em situação parecida com a de Porto Velho, incluindo Ariquemes, Jaru, Medici... Parte de Ji-Paraná ficaria debaixo d'água, mesmo fora das temporadas de chuva. Em tempos de enchentes mal explicadas, dura repressão à luta dos atingidos por barragem e tantos projetos de morte rondando os rios amazônicos, o empenho dos Arara e dos Gavião contra as barragens do rio Machado, até agora vitorioso, depois de quase 30 anos de batalhas, é inspirador e alimenta o ânimo pra luta.

Diálogo dos Arara e Gavião com funcionários do CNEC e ELETRONORTE durante visita ao Acampamento da JP-14, em janeiro de 1988

Gavião idoso – Nós chegamos aqui para falar com você, para conhecer você. E você vai fazer a barragem. Nós chegamos para dizer o seguinte: seria melhor você não fazer isso! Por que você
CONT.



vai encher a nossa terra (com água)? Se você constrói a barragem, não é só de um lado que o rio vai alagar. Vai entrar água na nossa terra também! E daí? Como é que as plantas vão crescer embaixo do rio? A macaxeira não vai produzir embaixo da água. Tudo que fica embaixo da água vai apodrecer. Vai morrer seringueira também. Como é que nós vamos poder fazer o nosso trabalho depois do alagamento? Era isso que eu vim dizer para você. Eu sou velho. Meus filhos já são adultos. Como que eles vão fazer depois da barragem? Fica difícil caçar, matar peixe, matar jacaré. Onde que vão pescar? Eles não têm nada. Era isso que eu, que sou velho, vim dizer para você.

O chefe do acampamento responde que é exatamente para conhecer as consequências na área indígena que estão querendo mandar a equipe de topografia, e que quando ficar estabelecido o nível de água dentro da área indígena, iam passar essa informação para os índios. Quanto à pesca, ele garante que não precisam ter medo, porque vai melhorar, visto que água parada cria mais peixe, por ter mais alimentos e dar condições para o peixe desovar duas vezes por ano. Diz também que áreas de caça perdidas vão ser recompensadas com áreas de qualidade igual ou melhor, e que as condições de fiscalização da área ficariam facilitadas. Termina acentuando a necessidade de entrar na área para poder verificar o nível de interferência para depois – baseados em dados concretos – passar a negociações sobre uma possível redução da cota de alagamento, ou o tipo de compensação adequado. A resposta provocou uma reação tumultuada, onde muitos falavam ao mesmo tempo: “Não, não, não. Não vamos autorizar a entrada deles não. De jeito nenhum. Não vão poder medir a nossa terra. Não podem.”

Gavião Jovem – Você pode falar para nós que vocês precisam medir a terra dos índios, mas ninguém vai deixar vocês entrar, não. Nós estamos pensando nas coisas que precisamos para viver. Os índios não têm fazenda, como os brancos. Vocês podem matar um boi na sua casa. Os índios não. Nós comemos caça do mato, frutas do mato. E vocês vão estragar nossas fruteiras. É isso que viemos falar para você. Mas não era com você mesmo que viemos falar isso – era com o seu chefe, que fica longe. Eu sei que você não manda nada, é ele que está mandando você fazer barragem. Aí tu diz para ele que não é para estragar o nosso mato. Se nós andávamos de quatro pés, nós íamos deixar você fazer essa barragem e alagar a nossa terra. Os bichos todos estão deixando você fazer. Mas nós não somos bicho. Somos gente igual você. Temos o pensamento de gente. Por isso não vamos deixar você alagar a nossa terra. Fala isso para o seu chefe lá.

Outro Gavião – Tem que lembrar uma coisa: a nossa área é muito pequena. Não temos para onde ir. Mas antigamente tínhamos. Mas o que aconteceu? Tudo aqui era terra indígena. Aí o marechal Rondon passou por aqui – ele era um invasor nas terras indígenas. Aí fizeram a primeira estrada, e os índios ficaram afastados, afastados. Às vezes mataram os índios, fizeram todas as coisas por aí. Quando tinham a estrada pronta, chegava muita gente pela estrada. Muita gente viajando para cá. E agora, o que que está acontecendo? Agora tem ‘pedra’ (asfalto) na estrada, para viajar mais rápido. Aí chegou mais brancos ainda. Cacoal era nada quando meu pai conhecia (a cidade). Hoje é uma cidade grande. Assim que vai acontecer aqui também. Quando tiver muita energia aqui, todo o pessoal de fora vai querer chegar por aqui também. Aí entram na reserva indígena. Aí nós vamos ficar sem terra.

Pajé Gavião – Eu estou pensando sobre o meu filho e a minha esposa que estão enterrados lá

CONT.



na beira do Lourdes. Essa água vai chegar até lá onde estão enterrados. Não pode alagar! Fica feio. Também meu pai morreu na boca do Lourdes. Esposa dele e filho dele também. Ai a água vai até ali, no cemitério deles. A água vai alagar tudo lá onde tenho meu pai e meu filho, e isso eu não quero não. Eu estou com meu coração cheio disso pensando no meu pai e meu filho que vão ficar embaixo da água.

O chefe do acampamento e o representante do CNEC de Brasília insistem que os índios estão confundindo o levantamento topográfico e a construção da barragem. Repetem que estão querendo medir para conhecer os efeitos do alagamento. Se os efeitos forem muito grandes – se o mal for maior do que o bem – podem desistir da construção, porque nada foi decidido ainda. A equipe de topografia não vai construir nada, e não vai destruir nada. Vai só medir. Explicam que todas as outras áreas já foram medidas – só falta a área indígena. Será só depois de conhecer tudo que podem decidir se vão fazer ou não a barragem.

Gavião de meia-idade – Ninguém não pensou que vocês já estavam fazendo a barragem. Nós chegamos aqui justamente para mandar vocês não fazer! Ninguém está pensando que vocês já estão fazendo. Vocês estão só estudando ainda. Mas viemos aqui para vocês pensarem o que estão fazendo. Não queremos que você gasta mais dinheiro à toa. Já gastou muito dinheiro nesse acampamento, e ainda vai querer gastar mais. Para fazer o quê? Então, antes disso nós viemos aqui – para vocês não construir a barragem. A construção não foi começada – por isso que viemos para dizer que não é para alagar esse rio. Não faz! – era isso que viemos dizer para você. Também nós não vamos deixar vocês entrarem na área para medir onde vai chegar a água. Ninguém não quer saber onde chega água, não. Queremos que fica ali, normal, pronto. Água ta aí. Deixa do jeito que está! Pronto.

Pedro Arara – Vocês sabem que nós moramos na beira do rio, e se vai acontecer essa barragem, nós não temos para onde ir. Somos todos cercados. Nós, que viemos por água (para o acampamento), vimos que a barragem está muito perto, está perto mesmo. São nós que moramos mais na beira do rio – os outros moram mais por dentro – e se vai fazer essa barragem, vai estragar muita coisa para nós, porque lá na beira quase tudo é baixo. Por causa dos posseiros nós já andamos muito, mudando daí para lá, as crianças passando necessidades. Ninguém vai querer mudar mais. E não temos mesmo para onde ir. Vocês sabem disso: nós vivemos do mato. Pesca, caça, come frutas, castanhas. Quando seca o rio, vem todo mundo para beira pescar, caçar, passar algumas semanas aí. Por isso ninguém de nós vai aceitar essa barragem aí.

Pajé Arara -Vocês não fizeram a barragem. E também não é pra fazer! Antigamente a gente andava todo por aqui. Agora vocês querem tomar tudo! Nós não temos outro lugar para plantar a nossa comida. Então deixa assim mesmo – sem fazer nada mais! Nós chegamos aqui bem antes de vocês. O rio não é de vocês não. Esse rio era nosso! Foi nós que morávamos por aqui antigamente. Nós temos muito tempo aqui. Vocês não tinham morada por aqui, nesse rio! Foi nós que sempre morávamos por aqui. Depois que nós fizemos tudo por aqui, vocês estão querendo fazer isso – fazer barragem! Aqui era nosso mato. A terra era nossa primeiro. Tudo aqui era nosso!

Termina a reunião numa conversa entre o chefe do acampamento e o intérprete Arara. O chefe
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 35./ 2014

Brasília, 24 de fevereiro de 2014.

do acampamento constata que a posição indígena foi colocada muito claramente. Ele assegura que entendeu perfeitamente e pede a continuação do diálogo.

Diálogo transcrito de "Os índios e a hidrelétrica Ji-Paraná, de FORSETH, Elizabeth & LOVOLD, Lars, in Os povos indígenas do Brasil. São Paulo: CEDI, 1991. p 428-431.

Relatora da ONU recebeu denúncias de quilombolas e comunidades urbanas sobre o direito à moradia adequada em Salvador
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.02.2014



Raquel Rolnick ouve as denúncias de Rose Meire, do Quilombo Rio dos Macacos, na Faculdade de Arquitetura da UFBA

Por Albenísio Fonseca

A relatora da ONU sobre Direitos Humanos para a Moradia Adequada, Raquel Rolnick, recebeu, anteontem (21.02), durante plenária no auditório da Faculdade de Arquitetura da UFBA, dossiês de comunidades baianas denunciando a violação desse direito fundamental e que vai além da habitabilidade.

Na foto, momento em que moradora do Quilombo Rio dos Macacos denuncia ter sido vítima de tortura por prepostos da Marinha do Brasil. Raquel Rolnick (de blusa preta), ao lado da professora Ana Fernandes, participou da plenária após visitar diversas comunidades em condições subumanas de Salvador.

A Imprensa foi proibida de ter acesso ao quilombo (em área próxima à Base Naval de Aratu) por ordens do II Distrito Naval. Militantes de ONGs vinculadas a movimentos sociais foram monitoradas pelos militares durante todo o tempo da visita da relatora da ONU ao local.



Indigenistas radicais recuam e admitem pagar por áreas demarcadas

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 23.02.2014

Você sabe a diferença entre desapropriar e expropriar? Desapropriar é quando o Governo te põe para fora da tua terra, mas te indeniza. Expropriar é quando o Governo te põe para fora da tua terra sem te indenizar. O processo de demarcação de terras indígenas construído pelos indigenistas resulta na expropriação da Terra.

Funciona mais ou menos assim: Um antropólogo instituído pela Funai, geralmente com relações** com alguma etnia, demarca uma área para este etnia. Todas as propriedades incluídas pela antropóloga no perímetro demarcado deixam de existir. Mesmo que um produtor rural tenha título da terra com mais de 100 anos, esse título é anulado pela demarcação. O Governo então vai lá e expulsa o produtor com uma mão na frente e um dedo atrás. O processo demarcatório construído pelos antropólogos resulta assim em expropriação.

O fundamento jurídico-antropológico para essa forma moral de violência está no que os indigenistas chamam de "indigenato", teoria seguindo a qual por estarem no Brasil antes dos brasileiros o direito dos índios precede o direito dos brasileiros. Logo o direito à terra aos índios é garantido sobre qualquer documento "inventado" pelo direito dos brasileiros, incluindo o direito à propriedade. Por esse raciocínio, se você tem um documento legítimo que prova que a área é sua, mas um antropólogo redige um laudo dizendo que a área é indígena, o direito dos índios é superior ao seu.

http://www.youtube.com/watch?v=TXD7K8G7yQU&feature=player_embedded

Os antropólogos dizem isso abertamente e sem nenhum constrangimento. No vídeo acima um ex presidente da Funai, Marcio Meira e o antropólogo da ONG IEB, Henyo Barreto, deixam tudo muito claro.

Essa fórmula, que resulta flagrantemente em violência contra os não indígenas, foi largamente utilizada para demarcar todas as terras indígenas existentes até agora. Demarcou-se assim, expropriando, largas áreas na Amazônia, onde ninguém liga para quem não é população tradicional. Ocorre que, concluídas as demarcações na Amazônia, os antropólogos precisaram encarar as demarcações no sul colonizado do país. Mas, ao aplicar a fórmula expropriatória e impor a violência aos não índios no sul do país, a antropologia radical bateu de frente com uma coisa que ela detesta: a impopularidade.

Começaram a aparecer na imprensa gente como a gente, pequenos proprietários, agricultores familiares reagindo contra a violência do indigenato. Além disso, a antropologia radical perdeu o controle da violência decorrente das ações demarcatórias da Funai e do Ministério Público Federal. Índios estão rasgando ordens judiciais no Mato Grosso do Sul, invadindo áreas de colonos no Rio Grande do Sul e Paraná. Um pequeno produtor rural foi morto a pauladas por índios guarani no Mato Grosso do Sul, um assentado da reforma agrária foi assassinado no

CONT.



bojo de um conflito indígena na Bahia, outro ficou paraplégico. Toda essa violência criou um clamor popular que se espelha no Congresso Nacional e o pressiona a emendar com a PEC 215 justamente o artigo 231 da Constituição Federal, de onde emana o esquema expropriatório dos antropólogos.

Acendeu o sinal amarelo no indigenismo radical. O chefe do núcleo indígena do Governo, Gilberto Carvalho, disse essa semana sentado numa mesa com uma pessoa usando o boné do MST à sua direita e a presidente da Funai à sua esquerda, que o conflito no campo evoluiu da luta contra um latifúndio para a luta contra a pequena agricultura. "Você tem um conflito do indígena contra o pequeno agricultor que produz ali a cem anos, que tem também ali o seu cemitério, tem também ali a sua afetividade presente", disse Carvalho. Ouça:

http://www.youtube.com/watch?v=Dlw47ygCF8&feature=player_embedded

Exatamente na mesma semana, o filósofo Márcio Santilli, que foi presidente da Funai e que tem um extensa folha corrida de trabalho em ONGs indigenistas, deu uma longa entrevista ao jornal Valor Econômico. Nela, Santilli admite que a fórmula expropriatória se esgotou. "Há muitas situações de pessoas que adquiriram títulos de propriedade incidentes sobre terras que agora estão sendo reconhecidas como indígenas. Os títulos foram expedidos pelo próprio poder público, estadual e até federal. Essas pessoas devem ser consideradas como proprietários de boa fé porque receberam títulos de origem pública e portanto deveriam ser bons. Se o Estado vem agora e diz que aquilo é terra indígena, aquelas pessoas fariam jus à indenização", disse Santilli ao repórter do Valor.

Santilli foi além: "O que se discute é a indenização pela terra, já que a Constituição diz que não cabem ações indenizatórias contra a União. Se a indenização não for pela terra, poderia ser pelo fato de a União ter induzido o cara a uma fria, certo? O que deveria fazer com que tivesse direito a receber indenização suficiente para recompor sua vida em outro lugar. Se o poder público se dispusesse a indenizar de maneira digna, reduziria o conflito." Santilli foi lobista do indigenismo internacional durante a elaboração da Constituinte de 1988. Ele e Henyo Barreto foram foz ativa na invenção do indigenato, da fórmula expropriatória. O fato de Santilli abrir mão de sua própria cria é um grande sinal de que o momento está prenhe da mudança.

A antropologia radical está apavorada com a reação social ante a violência decorrente das demarcações agora que elas chegaram ao sul. O indigenismo radical está abrindo mão do indigenato.

Eles estão abrindo um flanco e é aí onde devemos entrar e entrar duro. Acabar com o indigenato implica em mudar a Constituição Federal. Mudar a Constituição Federal implica na ação do Congresso Nacional através de um Projeto de Emenda à Constituição, uma PEC. Se a PEC 215 está errada ao trazer a chancela das demarcações ao Congresso, basta uma emenda alterando seu teor para mudar o processo de demarcação acabando de vez com as expropriações.

O caminho está aberto à nossa frente. A questão é: seremos capazes de trilha-lo?

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 35./ 2014

Brasília, 24 de fevereiro de 2014.

** O teor dessas relações varia muito. A antropóloga que demarcou a Terra Indígena Tupinambá de Olivença, na Bahia, vivia maritalmente com um dos cacique e a que demarcou a Terra Indígena do Mato Preto bebia chá do santo daime com os índios.

Jornalistas são perseguidos por cobertura da Questão Indígena

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 23.02.2014



A jornalista Camila Nalevaiko, diretora do site Agência da Notícia, foi intimada no início do mês de fevereiro a prestar depoimento na Polícia Federal sobre a cobertura que fez do processo de expulsão dos produtores rurais da antiga fazenda Suiá-Missu, demarcada pela Funai como terra indígena. A jornalista, que foi a única a presenciar o confronto entre as forças do governo e os agricultores, está sendo acusada de ter incentivado os moradores a resistirem à operação de expurgo.

Um primeiro depoimento já ocorreu em Barra do Garças, quando a jornalista foi representada por um advogado, mas os policiais querem ouvi-la pessoalmente, e por isso uma segunda data esta sendo agendada.

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=lgmpwGeiUCA

Nalevaiko afirmou que está tranquila quanto à intimação e que sabe que seu trabalho foi dar voz a um povo que estava perdendo tudo o que construiu ao longo de uma vida, sem receber nenhuma assistência do governo. Segundo ela, este é direito garantido pela Constituição Federal mesmo até a uma cidadã comum, muito mais a ela como jornalista. "Presenciei uma das maiores injustiças já cometidas no Brasil, e não me calaria jamais diante de fatos tão repugnantes", destacou Nalevaiko.

"Estão tentando impor no Brasil a ideologia de um discurso único, mas carrego comigo a ideologia de que democracia só existe com liberdade", concluiu Camila que ainda fez questão de dizer que está a disposição da Justiça. "Assim que me chamarem vou comparecer, pois sei que agi corretamente e de acordo com os meus princípios, não fiz nada a mais do que minha profissão me permita. Portanto tenho a consciência tranquila", disse Camila.

Além de Camila, o jornalista Ivanir Valentim da Silva, que trabalha em uma afiliada da TV Globo no Amazonas, foi obrigado pela Justiça Federal a retirar do ar sua página no Facebook. O jornalista cobriu o sequestro e assassinato de três homens sem etnia por índios Tenharim no final do ano passado e o levante popular que resultou na destruição do prédio e dos veículos da Funai em Humaitá, no sul do Amazonas. O jornalista denunciou o apoio que o Ministério

CONT.



Público dava aos índios na cobrança ilegal de pedágio na rodovia Transamazônica. A sensação de injustiça criada pelo apoio de autoridades aos atos ilegais dos índios é tida como uma das fontes da violência na região.

A pedido do Ministério Público Federal, a justiça determinou que o jornalista "retire da página notícias com conteúdo discriminatório e incitação ao ódio contra os povos indígenas da etnia Tenharim, veiculadas desde dezembro de 2013. A decisão liminar intimou também o Facebook, em São Paulo, a retirar o conteúdo.

No pedido que fez à justiça federal, o MPF alega que o direito à liberdade de expressão não foi criado de forma absoluta, sem restrições. "A atividade jornalística não goza de liberdade plena", ressalta um trecho da ação. O Ministério Público pediu na ação que o jornalista fosse obrigado a retirar de sua página eletrônica toda e qualquer publicação que faça referência ao povo tenharim, bem como se abstenha de realizar novas publicações com este assunto.

Entretanto, o juiz federal Érico Pinheiro asseverou em sua decisão que obrigar a remoção de todas as publicações, presentes e futuras, sem vinculação a eventual abusividade, como pediu o MPF, equivaleria à censura, que é expressamente vedada pelo texto constitucional. Assim, o juiz decidiu entendeu pela retirada de publicações específicas. Como não sabia a quais notícias se referia a ordem liminar, o jornalista censurou a página inteira conforme o desejo inicial do Ministério Público.

O jornalista pode ainda ser condenado, ao final da tramitação do processo, o jornalista seja condenado ao pagamento de indenização por dano moral coletivo, no valor de R\$ 100 mil.

Veja AQUI(<http://www.pram.mpf.mp.br/news/2014/Liminar%20Portal%20Apui.pdf>) a decisão do Juiz Federal e AQUI (http://www.pram.mpf.mp.br/institucional/acoes-do-mpf/acp/2014/ACP_Portal_Apui-VersaoFinal.pdf) o pedido do Ministério Público Federal

A admoestação dos jornalistas passa o sinal de que a cobertura da #QuestaoIndigena só pode ser feita pelo viés indigenista. É emblemático o fato de que o Coordenador da Funai em Humaitá, Ivã Bocchini, não mereceu qualquer menção do Ministério Público. Bocchini foi exonerado do cargo que ocupava por ter postado no site oficial da Funai um texto que levou os índios a cometerem o triplo assassinato. Relembre: Funai exonera Ivã Bocchini (<http://www.questaoindigena.org/2014/01/boi-de-piranha-funai-exonera-iva.html>)



Devido à saúde indígena, procuradoria entra com ação contra o governo
SÍTIO DIÁRIO DO SUDESTE, 23.02.2014

Por Aguirre Talento

BRASÍLIA, DF, 23 de fevereiro (Folhapress) - O Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Federal entraram com ação na Justiça do Trabalho pedindo que o governo federal pague R\$ 326 milhões por descumprir acordo que previa a contratação de funcionários concursados para a saúde indígena.

O objetivo do acordo era substituir a terceirização da saúde indígena, atualmente feita por meio de entidades filantrópicas contratadas pelo governo federal, por um quadro próprio de servidores.

Com o descumprimento do acordo, firmado inicialmente em julho de 2008 mas com vários aditivos posteriores, os procuradores pedem o pagamento de R\$ 326 milhões, reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, e a publicação de edital de concurso público com no mínimo 4.041 vagas no prazo máximo de 20 dias.

De acordo com a ação, "até 31/12/2013 deixaram de ser substituídos 6.673 terceirizados irregulares" e a situação atual é de "sucateamento da saúde indígena", "passando pela ausência de postos de saúde adequados, água potável para consumo, garantia de transporte para atendimento médico, escassez de medicamentos e materiais médicos".

A ação classifica de "astronômica" as despesas com as entidades que cuidam da saúde indígena. De acordo com as informações do processo, só em 2013 duas dessas entidades, a Missão Evangélica Caiuá e o Imip (Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira), receberam R\$ 531 milhões.

Procurado, o Ministério da Saúde afirmou em nota que "mantém tratativas com o Ministério Público Federal e Ministério Público do Trabalho para dar cumprimento ao termo de conciliação judicial, cujos termos aditivos assinados pelas partes em 2012 permitem a contratação de profissionais de saúde por meio de convênios para garantir a assistência à saúde indígena enquanto não se realiza o concurso público".

Segundo o órgão, a força de trabalho atual da saúde indígena é composta por 13 mil contratados por meio de convênios com três entidades: além das duas já citadas, há também a SPDM (Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina).



Cidade de MT decreta situação de emergência após chuvas intensas

SÍTIO G1/MT, 23.02.2014

Acesso à comunidade indígena só é possível através de barco.

Defesa Civil e Polícia Ambiental resgatam famílias atingidas.

A Prefeitura de Barra do Bugres, cidade a 169 km de Cuiabá, decretou situação de emergência por conta da quantidade de chuvas que atingem a região. Conforme a prefeitura, o Rio Paraguai alagou e passou do limite máximo de segurança, que é de sete metros. Pelo menos 25 famílias ribeirinhas tiveram que abandonar as casas que foram atingidas pelas águas. A decisão ainda não foi publicada no Diário Oficial.

saiba mais

Além das comunidades rurais atingidas, áreas de pastos também foram alagadas. Os indígenas da aldeia Umutina só conseguem ter acesso à região através de barco. A única estrada que dá acesso à comunidade indígena foi coberta pela água.

A Polícia Militar Ambiental ajuda no resgate de famílias e transporte das vítimas atingidas pelas chuvas. "Nós precisamos de pontes em locais de área isolada. Precisamos de cesta básica para os desabrigados e colchões", disse o prefeito de Barra do Bugres, Júlio Florindo.

Um ônibus escolar que fazia o transporte de crianças entre comunidades e unidades de educação acabou atolando na região. Das 25 linhas de transporte da cidade, 10 tiveram que ser suspensas pela inviabilidade das estradas.



Prefeito Maurílio Ferreira Azambuja participa de encontro na Comunidade Quilombola São Miguel

SÍTIO TUDO DO MS, 24.02.2014

Assessoria

O prefeito Maurílio Ferreira Azambuja esteve na manhã de sábado (22) na comunidade Quilombola São Miguel, onde participou do 4º Encontro dos Quilombolas Do Estado e do aniversário de 9º ano da fundação da Comunidade Quilombola São Miguel. No estado existem hoje são 22 quilombos que fazem o encontro anual para discutir os avanços e as dificuldades que passam os quilombolas, e também para saber quais as metas dos quilombolas durante o ano. Durante o encontro aconteceu também apresentação do Grupo de Capoeira- Muzenza- da AMAFOBRAS.

Para o Secretário Geral do CONERQ- Coordenadoria Estadual das Comunidades Negras Rurais, Quilombolas do MS, Antônio Borges dos Santos, esses encontros são fundamentais para a troca de idéia e experiência e daqui do encontro sai o conteúdo para o encontro geral que acontece no mês de abril. "No encontro geral levamos tudo o que foi discutido e analisado neste encontro onde temos a presença das autoridades políticas para apresentar nossas reivindicações. Fico feliz em ver o avanço das comunidades negras dentro do estado. Nos últimos anos, tivemos e temos no governador do estado um grande parceiro. Aqui na Comunidade São Miguel eu fico mais feliz por ver que o prefeito Maurílio é um parceiro fantástico. Em 1 ano e 2 meses de administração, o Quilombo cresceu pelos 4 anos passados. Muito obrigado prefeito esse povo daqui só quer condições para produzir e você tem dado essa oportunidade". Disse Borges.

O presidente da Comunidade Quilombola São Miguel, Jorge Henrique Gonçalves Flores, falou da importância da união do povo negro. Segundo Jorge 70% dos projetos já foram finalizados. "Temos luz, água, estradas, educação e estamos produzindo para comercializar. Quero agradecer o governo do estado e união, mas quero agradecer em especial o prefeito Maurílio Ferreira Azambuja e a equipe da Secretaria de Desenvolvimento Econômico que muito nos ajuda, foi no seu primeiro mandato que começamos a expandir e ser reconhecidos, depois ficamos quatro anos abandonados agora em apenas 1 ano e dois meses, voltamos a crescer e prosperar, junto com seu apoio conseguiremos concluir todos as nossas metas." Disse Jorge.

Para o prefeito de Maracaju, Maurílio Ferreira Azambuja, o momento é de felicidade pelo que Maracaju está passando. O prefeito lembrou que já recuperou as estradas do quilombola, trouxe através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico junto com o Senar, os cursos de: fruticultura, hortigranjeiros, o Simpaf, para dar qualidade nos produtos da agricultura familiar. Um engenheiro agrônomo vem a cada quinze dias dar apoio aos produtores. Fomos parceiros na instalação de água encanada nas casas e na construção de 10 açudes para os animais beber água e irrigação das hortas. Ele enfatizou que nos próximos dias através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Senar, mais oito cursos serão realizados, dentre eles (três) para

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 35./ 2014

Brasília, 24 de fevereiro de 2014.

as mulheres, além da construção de um posto de saúde no quilombo e recuperação da escola.

“Não podemos deixar de fora quem somente quer espaço para trabalhar e crescer. Fui eleito para administrar para todos, é isso que faço, quando vejo uma comunidade unida lutando que pede para o bem de todos, como homem público tenho a obrigação de atender, vamos trazer mais benefícios”. Disse o prefeito.



Indígenas fazem curso em busca de oportunidade em construção de fábrica
SÍTIO DIÁRIO DOS CAMPOS, 24.02.2014

Fora do mercado de trabalho há mais de três anos, o indígena Valdomiro Fejenonh fez um curso profissionalizante de operador de caminhão e conseguiu uma nova oportunidade de emprego na construção da fábrica da Klabin, no município de Ortigueira. Valdomiro mora com mais 450 pessoas na aldeia indígena Queimadas, da etnia caingangue, localizada há 500 metros da entrada da cidade.

Lá, mais 20 indígenas fazem curso de qualificação esperando conseguir uma oportunidade de trabalho na mesma empresa, que investirá R\$ 7 bilhões na construção de uma unidade de celulose em Ortigueira.

Cerca de 85% da mão de obra contratada para as obras da Klabin é paranaense, a maior parte dos municípios da região. "A previsão é de que no pico da obra, a partir do vigésimo mês, o que deve ocorrer no segundo semestre de 2015, tenhamos 8,5 mil trabalhadores no canteiro de obras", explica o gerente de Projetos da Klabin, João Antonio Braga.

Ortigueira, sede da indústria, ficará com 50% do tributo e os 50% restantes serão partilhados entre todos os municípios fornecedores de matéria-prima. São eles: Cândido de Abreu, Congonhas, Curiúva, Imbaú, Reserva, Rio Branco do Ivaí, São Jerônimo da Serra, Sapopema, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

Com o apoio do governo estadual, através do Paraná Competitivo, a fábrica da Klabin é o segundo maior investimento privado da história do Paraná e a expectativa é que mude a realidade econômica e social da região com a criação de 8,5 mil empregos diretos e indiretos.

O Ministério do Trabalho apontou o Paraná como o terceiro maior criador de empregos no Brasil em 2013. Até o momento, foram contratadas mais de 400 pessoas para dar início aos trabalhos de terraplanagem da nova fábrica.



Em RR, seminário aborda decisão de embargos sobre Raposa Serra do Sol
SÍTIO G1/RR, 24.02.2014

*CIR promove evento para discutir do STF sobre embargos declaratórios.
Representantes do MPF, Funai e PGR participarão do seminário.*

Para continuar o debate sobre a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, o Conselho Indígena de Roraima (Cir) realizará um seminário na sexta-feira (28), a partir das 15h, no auditório Alexandre Borges da Universidade Federal de Roraima (UFRR), para tratar dos efeitos jurídicos e políticos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), quanto aos embargos declaratórios do caso da Raposa Serra do Sol.

Segundo Mário Nicácio, coordenador do Cir, trata-se do segundo seminário organizado pela instituição, sendo o primeiro anterior ao julgamento dos embargos. "Vamos discutir com os especialistas e com a comunidade geral dos povos indígenas os pontos positivos e negativos dessa decisão. Os desafios dos povos indígenas e as dificuldades pra Roraima que isso acarretou", destacou.

Representantes do Ministério Público Federal, Procuradoria Geral da República (PGR) e da Fundação Nacional do Índio (Funai), além das etnias que estão na Raposa Serra do Sol estarão presentes no evento. O seminário antecede a Assembleia Geral dos Povos Indígenas, que ocorrerá nos dias 10 a 15 de março e tem como objetivo definir o posicionamento indígena em relação ao julgamento.

"A Terra Indígena Raposa Serra do Sol é continua e as 19 condicionantes saíram para orientar como devemos utilizar esse território. Trataremos também de outros temas, como turismo e mineração na área, que discutiremos através de uma regulamentação que os povos indígenas irão propor para a Funai", ressaltou.

Serviço

Seminário sobre as Condicionantes do Caso Raposa Serra do Sol

ONDE: Auditório Alexandre Borges - UFRR - campus Paricarana

QUANDO: 28 de fevereiro

QUANTO: Gratuito



Boletim de Notícias - Edição nº 35./ 2014

Brasília, 24 de fevereiro de 2014.

Pauta dia 25 - às 19h: Indígenas recebem diploma de técnico em agropecuária
SÍTIO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 24.02.2014

Alunos das comunidades indígenas Guarani e Caingangue do curso técnico em Agropecuária serão diplomados nessa terça-feira (25), no Centro Estadual de Educação Profissional Newton Freire Maia, em Pinhais. Serão diplomados 17 alunos de 16 municípios.

O curso inédito teve duração de quatro anos na modalidade integrada com o ensino médio. Os estudantes também tiveram aula das disciplinas específicas de organização social indígena, política indígena e indigenista e línguas Caingangue e Guarani.

No segundo semestre de 2014, o mesmo curso será ofertado no novo Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Ribas, em Manoel Ribas. Além de Agropecuária, acontecerão cursos de Formação de Docentes, Enfermagem, Agente Comunitário de Saúde e Administração. Os cursos são ofertados de acordo com a demanda socioeconômica da região e respeitando as características e necessidades das comunidades indígenas, que também serão atendidas.

Serviço:

Formatura de indígenas do Curso Técnico em Agropecuária

Data: 25/02 (terça-feira)

Horário: 19h

Local: Ceep Newton Freire Maia (auditório da Faculdade de Artes do Paraná – FAP) - Estrada da Graciosa, nº 7.400, km 20 - Pinhais



Comissão Nacional da Verdade analisou violações de direitos indígenas de MS
SÍTIO AMAMBAI NOTÍCIAS, 24.02.2014

Seguindo com as atividades da Sessão de Audiência sobre Violação de Direitos Indígenas, que aconteceu na sexta-feira (21), o dia todo, no auditório da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), antropólogos, professores e diversos membros de comunidades indígenas acompanharam e deram depoimentos referentes ao processo de demarcação da aldeia Panambizinho – Lagoa Rica, ocorrido em 1971.

O evento, que é uma realização da Comissão Nacional da Verdade (CNV) com o apoio do Ministério Público Federal e da UFGD, busca oferecer uma oportunidade para que os próprios indígenas relatem situações de violência às quais foram submetidos no período entre 1946 e 1988.

Em sua maioria, os depoimentos começaram relatando a vida dos indígenas antes das interferências em suas terras, seguiram com as condições de expulsão de suas comunidades e terminaram com a vontade de reaver aquele território que um dia lhes pertenceu. As lideranças indígenas e os membros das comunidades, que lotaram o auditório, se mostraram bastante otimistas com relação a esse trabalho da Comissão Nacional da Verdade.

Valdomiro Osvaldo Aquino, liderança da Panambizinho e membro do Conselho Aty Guasu, agradeceu a representante da CNV, Maria Rita Kehl, e muito brevemente chamou a atenção de todos os presentes para os métodos que hoje são utilizadas contra os povos indígenas. “Antigamente nós éramos atacados apenas com armas, balas. Hoje o que se usam contra nós são palavras, papeis, documentos. É um sistema político que está nos prejudicando”, afirmou Valdomiro.

Mediadora do estudo do caso Panambizinho – Lagoa Rica, a professora Katya Vietta lembrou a todos que não são apenas os indígenas que estão sendo prejudicados, ano após ano, com os processos de demarcações. “Nós temos que nos perguntar e investigar, principalmente, o porquê de o estado estar sendo omissa na garantia desses direitos”.

Ao final da tarde foi realizada a última sessão, do caso Laguna Johá, ocorrido em 1988. Apesar de o foco ser coletar denúncias de agressões que ocorreram entre 1946 e 1988, depoimentos atuais também foram considerados.

Pela manhã, na cerimônia de abertura, Maria Rita Kehl sugeriu a redação de carta de recomendação ao governo federal, para evitar que as injustiças cometidas contra os Guarani-Kaiowá permaneçam prejudicando as populações geração após geração, sem que nada se faça a respeito.



Escola indígena de Dourados conquista premiação nacional da Embrapa

SÍTIO DOURADOS AGORA, 23.02.2014

O desejo de ensinar de forma interativa e lúdica, por meio da implantação e manejo de uma horta escolar interdisciplinar, aliada a perseverança de uma professora, a força de vontade dos alunos, a criatividade dos diretores e professores, apoio de alguns pais e parceiros externos, fez com que a Escola Municipal Indígena Tengatú Marangatú, fosse a vencedora nacional do prêmio Menção Honrosa da Ação Educativa da Embrapa.

A Escola Tengatú Marangatú, foi campeã da etapa local e nacional, por meio do projeto intitulado "Horta como recurso Didático e interdisciplinar na Escola Municipal Indígena Tengatú Marangatú", que envolveu cerca de 60 alunos. A atividade possibilitou um envolvimento dos alunos, professores e comunidade indígena local numa ação multidisciplinar, pedagógica, agroecológica e sustentável.

"O trabalho desenvolvido, relacionado a linha temática de plantio direto, foi excelente, demonstrando como o conhecimento gerado pela pesquisa agropecuária pode ser aplicado ao cotidiano das comunidades rurais e tradicionais, e pode promover impactos positivos diretos tanto na escola quanto nas famílias, além de valorizar elementos culturais importantes para as comunidades indígenas envolvidas", salientou o Chefe Geral da Embrapa Agropecuária Oeste, Guilherme Lafourcade Asmus.

A Escola Municipal Indígena Tengatú Marangatú será premiada com um Kit Minibiblioteca da Embrapa e 100 kits escolares, alusivos aos 40 anos da Embrapa, contendo mochila ecológica, estojo, caderno, agenda e mouse pad. Além disso, vai ganhar uma viagem para a professora coordenadora do projeto e um(a) aluno(a), para participar da solenidade do 41º aniversário da Embrapa, no dia 24 de abril, em Brasília/DF. A Embrapa Agropecuária Oeste receberá um kit Minibiblioteca que irá agregar valor as pesquisas escolares do ensino fundamental e as visitas do Programa Embrapa Escola.

O projeto executado pela Escola, por meio da coordenadora do Programa Mais Educação da Escola Tengatú, Maria Adriana Torqueti Rodrigues, foi desenvolvido em parceria com Embrapa Agropecuária Oeste, UFGD/Faculdade de Estudos Interculturais Indígenas (Faind), Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), Faculdade de Fundação Municipal de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul (Funec) e Semed (Secretaria Municipal de Educação). "Quando fomos convidados pela Embrapa para participar da Ação Educativa, vi uma oportunidade de desenvolver algo inovador e criativo, mas que somente seria possível com parceiros, então fui buscar parceiros externos, e deu certo, o que prova que juntos somos mais fortes", enfatizou Adriana.

Ação Educativa

A Ação Educativa foi desenvolvida em Dourados, por meio da Embrapa Agropecuária Oeste, ao
CONT.



longo de 2013, em comemoração aos 40 anos da Embrapa. A Embrapa Agropecuária Oeste adotou como tema o Plantio Direto. A responsável pelo projeto na Unidade, Christiane Congro Comas, diz que durante o trabalho ficou satisfeita com a dedicação e a qualidade dos projetos desenvolvidos pelas escolas participantes, mas destaca que ficou surpresa com a criatividade e a diversidade de atividades desenvolvidas pela Escola Indígena Tengatui Marangatu.

Desde abril de 2013, a Embrapa Agropecuária Oeste, está trabalhando na coordenação das atividades de planejamento e execução da Ação Educativa 40 + 20. A atividade envolveu diversos setores da Unidade e foi desenvolvida em cinco escolas de Dourados: Erasmo Braga, Imaculada Conceição, Escola Municipal Indígena Tengatui Marangatu, Escola Municipal Aurora e Escola Estadual Vilmar Vieira Marques. Os trabalhos envolveram convite às escolas participantes, planejamento e elaboração dos projetos, visita a Embrapa, divulgação do site Contando Ciência na Web, implantação de hortas escolares, coleta de amostra e análise de qualidade de solo, distribuição de publicação infantil, registros fotográficos, palestras, mini-cursos, elaboração de relatórios e divulgação dos resultados.

Escola campeã

A Escola Municipal Indígena Tengatui Marangatu - Pólo está localizada na Reserva Indígena de Dourados, localizada no perímetro urbano do município. As turmas do 1º ao 9º ano do ensino fundamental são compostas por crianças das etnias Kaiowá, Guarani e Terenas.



BBC descobre o óbvio: Quem mata índio no Brasil é falta de assistência e não falta de terra

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 24.02.2014

Matéria publicada hoje pela BBC Brasil mostra o abandono pelo qual passa os indígenas com áreas já demarcadas no Brasil. Usando dados conseguidos através da lei de acesso a informação, a BBC mostrou que a desnutrição matou 419 crianças indígenas nos último seis anos. A matéria da BBC é mais um evidência de que a Funai e o indigenismo radical escondem por trás da guerra fundiária sua completa indiferença na assistência aos índios com terras já demarcadas.

A matéria usa o exemplo de um curumim com menos de dois anos de idade, Júlio César Xavante, que já deveria falar, brincar e caminhar sozinho, mas ainda é tão frágil quanto um recém-nascido. Com 5 kg e desnutrição crônica, o pequeno Xavante tem perdido cabelo e exibe manchas na pele. O quadro do bebê é tão grave que, mesmo monitorado por uma nutricionista desde o início do ano, ele rejeita qualquer alimento exceto o leite materno e não consegue ganhar peso. O pediatra Lásaro Barbosa, que internou Júlio César no hospital de Água Boa, em Mato Grosso, explicou que casos como o dele são comuns entre índios da região.

Não é o primeiro exemplo de que os maiores problemas dos índios não estão relacionados com a questão fundiário, onde a Funai e o indigenismo centram o foco de suas ações.

Uma pesquisa do Datafolha feita diretamente com os índios a pedido da CNA mostrou exatamente isso. Enquanto você lê esse post a Secretaria Geral da Presidência da República está expulsando milhares de pequenos agricultores de uma área demarcada pela Funai no Marnahão para índios Awá-Guajá, mas a última morte de um índio Awá foi a de um recém nascido que morreu por falta de assistência médica. Levantamento feito pela Secretaria de Segurança Pública do Mato Grosso do Sul aponta que 94% dos homicídios de indígenas ocorridos entre 2007 e fevereiro do ano passado foram cometidos pelos próprios índios.

Relembre: Quem mata índio no Brasil e porque eles morrem (<http://www.questaoindigena.org/2013/06/quem-mata-indio-no-brasil-e-porque-eles.html>)

Os índios do Brasil precisam de ajuda, mas nem os indigenistas, nem a Funai não os ajudarão. Eles precisam da indigência dos índios para usar em seu interesse.

AC – Sesai se defende tentando criminalizar lideranças indígenas e acusá-las de quererem cargos e privilégios

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.02.2014



Criança Madjá do Alto Purus – desnutrição aguda. Foto: Blog do Padilha

Tania Pacheco* – Combate Racismo Ambiental

A forma como a SESAI continua a tratar os crescentes protestos das lideranças indígenas Brasil afora (mas predominante na região Norte) começa a aproximar o 'simples' descaso com algo parecido com deboche. A "Nota de Esclarecimento" abaixo, que entendemos ser de responsabilidade de Antônio Alves de Souza, na qualidade de Secretário Especial de Saúde Indígena desde a criação do órgão, em 2010, é mais um exemplo disso.

Conforme pode ser lido em Ninawa Huni Kui no MPF AC: Lutar não é crime! Queremos o Pastor Raimundo Costa fora do DSEI/ARPU, o "grupo de indígenas" ao qual a Nota da Sesai desrespeitosamente se refere é constituído na realidade por lideranças de sete povos - Apurinã, Machineri, Jamamadi, Jaminawa, Huini Kui, Kaxarari e Madhira. Foram seus representantes que na quinta-feira, dia 20, apresentaram suas queixas e denúncias ao Ministério Público Federal no Acre, na frente da responsável pela Funai, sintetizando-as, afinal, de forma bastante objetiva: exigem a saída do Pastor Raimundo Costa da direção do DSEI como passo inicial para que o direito à saúde seja garantido às diversas aldeias e comunidades.

A "Nota de Esclarecimento" foi produzida por Bianca Moura, assessora para o Controle Social da SESAI, e por sua equipe de auditoria, e aparentemente se deslocaram de Brasília ao Acre

CONT.



não só para defender a manutenção do status quo. Não se limitaram a desrespeitar as lideranças indígenas: buscaram igualmente criminalizá-las e desacreditá-las (como já adivinhara Ninawa Huni Kui na postagem mencionada acima) atacando-as do ponto de vista ético, acusando-as de estarem buscando cargos e privilégios, em ações “contrárias aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade” (negrito da SESAI). E encerraram, claro, reiterando “seu apoio ao atual coordenador do DSEI Alto Rio Purus” etc etc (também com destaque da SESAI).

A reação de Ninawa Huni Kui à “Nota de Esclarecimento” (abaixo) é direta:

“Primeiro, essas pessoas não sabem nem aonde ficam as aldeias, muito menos os problemas que elas passam, prova disso relatado pela própria auditoria da Bianca, que diz que só está em Rio Branco. Segundo, os materiais que foram adquiridos pelo DSEI são projetos realizado pelo Gestor Maurílio na época da FUNASA; digo porque conheço mais que a Bianca o Acre. Terceiro, a equipe auditora da Bianca, demonstra o grande respeito com os povos indígenas, chamando-os de Grupos interessados por cargo da SESAI.

Se o Pastor Costa, é bom para o Antonio Alves, para Bianca, que os levem para suas casas, porque para os povos indígenas não serve para nada, pois já colaborou com a morte de muitos índios”.

Nota de esclarecimento da SESAI sobre a ocupação do DSEI Alto Rio Purus (AC)

Sobre a situação do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Alto Rio Purus (AC), invadido na última quinta-feira (20) por um grupo de indígenas, inclusive causando dano ao patrimônio público como o arrombamento da porta de acesso ao Distrito, e as recentes notícias veiculadas pela imprensa do Acre sobre a gestão da saúde indígena do DSEI, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e o DSEI Alto Rio Purus, do Ministério da Saúde esclarecem que:

1- A SESAI sempre esteve aberta ao diálogo com as representações e lideranças indígenas de todo o Brasil [sic], inclusive com aquelas representantes das etnias assistidas pelo DSEI Alto Rio Purus, prezando pelo entendimento [sic], ouvindo as reivindicações apresentadas [sic] e buscando soluções para a melhoria da gestão e do atendimento básico de saúde nas aldeias [sic]. No caso da ocupação da sede do DSEI Alto Rio Purus e de mais três, dos sete Polos Base de Saúde administrados pelo distrito, não foi diferente. Ao receber as queixas apresentadas no relatório de supervisão realizada aos Polos Base pelo Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi), a gestão central da SESAI/DF encaminhou uma equipe multiprofissional a Rio Branco (AC) com o objetivo de apurar possíveis irregularidades e acompanhar in loco o trabalho gerencial desenvolvido pelo DSEI. Esta mesma equipe permaneceu em Rio Branco por sete dias, quando puderam avaliar a gestão de contratos, o orçamento e as finanças, a organização dos serviços assistenciais, os processos de saneamento básico e de abastecimento de água nas aldeias, além de uma avaliação do trabalho desempenhado pela Casa de Saúde Indígena de Rio Branco. Esta mesma equipe retornou para Brasília com uma avaliação preliminar positiva do trabalho realizado nos últimos três anos pelo DSEI e estará apresentando ao secretário da SESAI, Dr. Antônio Alves de Souza, relatório circunstanciado sobre a situação do DSEI;

2- Vale ressaltar que esta mesma equipe, ao chegar a Rio Branco, fez o convite para que o processo de avaliação da gestão do DSEI fosse acompanhado pelo Condisi (autor das

CONT.



denúncias) [sic] e pelo Ministério Público Federal. A presidência do Condisi, que coordena o movimento, não aceitou acompanhar o trabalho da equipe, muito menos indicar algum representante;

3- Mesmo aberta ao diálogo, e sempre participando constantemente das reuniões dos Conselhos Distrital e Locais de Saúde Indígena, em nenhum momento a coordenação do DSEI Alto Rio Purus foi acionada pelo movimento indígena para tomar conhecimento do relatório de Supervisão aos Polos Base realizada pelo Conselho. Em nenhum momento, a coordenação do DSEI teve a oportunidade de debater com os próprios indígenas sobre cada item ali colocado. Não houve, por parte do movimento, a intensão de ouvir a gestão do DSEI, sobretudo as ações que vêm sendo priorizadas para suprir algumas das dificuldades, como também os próprios avanços constatados na Saúde Indígena nos últimos três anos, após a criação da SESAI;

4- No tocante às reivindicações apresentadas sobre a falta de transporte no distrito, a SESAI esclarece que hoje as dificuldades para encaminhamento de pacientes das aldeias aos municípios de referência e vice-versa já foram superadas. Atualmente, o DSEI Alto Rio Purus conta com o funcionamento de uma frota de 25 veículos, dos quais 20 foram adquiridos pela gestão nos últimos três anos. Portanto, trata-se de uma nova frota. Para este ano de 2014, o DSEI prevê a aquisição de mais 10 veículos, que substituirão os mais antigos ampliando mais ainda a frota. Quanto ao transporte fluvial, o DSEI adquiriu, em 2013, três novos barcos "cabinados", com capacidade para transportar até 15 pessoas. Além disso, o DSEI alugou mais três barcos, com capacidades de seis a oito toneladas, para o transporte e logística das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena. Vale ainda ressaltar que já existe no DSEI um processo instruído para aquisição de mais sete barcos de médio porte até o ano de 2015 e outro para aquisição de botes de alumínio e motores de popa. O DSEI conta ainda com prestação de serviços de transporte aéreo, com contratação de horas voo. O transporte aéreo é necessário para remoção de pacientes em áreas de difícil acesso, sobretudo nos Polos Base de Santa Rosa do Purus (AC) e Pauini (AM);

5- Em relação à falta de medicamentos no DSEI, a SESAI salienta que é de sua competência garantir apenas medicamentos da atenção básica para os indígenas. Atualmente, a Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) do DSEI Alto Rio Purus dispõe de 148 itens de medicamentos, comprovando que não há, até o momento, desabastecimento no distrito. A Sesai esclarece ainda que, embora os remédios para tratamentos de média e alta complexidades sejam de competência de estados e municípios, o Ministério da Saúde, visando suprir a continuidade do tratamento de indígenas que necessitam de medicamentos fora da atenção básica, assinou, no dia 4/12/2013, durante a 5ª Conferência Nacional de Saúde (5ª CNSI), a portaria Nº 2.974, que dispõe sobre a aquisição, pela SESAI ou DSEI's, de medicamentos e insumos constantes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME). Com a regulamentação da nova portaria, a SESAI/DSEI poderá adquirir itens de remédios que estão fora da lista da atenção básica;

6- Quanto às reclamações de falta de água em algumas das aldeias da região, o DSEI Alto Rio Purus reconhece as dificuldades para implementar novos sistemas de abastecimento de água, bem como para revitalizar os já existentes. Embora o distrito tenha elaborado projetos para sanar a falta de água potável nestas aldeias, atualmente, alguns estudos necessários de

CONT.



cálculos geológicos e topográficos vêm sendo realizados em área objetivando coletar dados sobre os lençóis freáticos nas aldeias da abrangência do DSEI Alto Rio Purus. Como medida emergencial, a fim de evitar possíveis surtos de Doenças Diarreicas Agudas (DDA) na região, o DSEI distribuiu nas aldeias kits de tratamento de água alternativos (filtros de barro, balde de decantação e cloro) para atender mais de 500 famílias, sendo 365 delas no Polo Base de Santa Rosa do Purus (AC);

7- Ainda na área de saneamento e Edificações, a SESAI/DSEI deve dar início, neste ano de 2014, à construção de 11 novos postos de saúde em aldeias dos sete Polos Base. Os projetos já foram aprovados e contemplam as aldeias: Maronawa e Nova Fronteira (Santa Rosa do Purus); Três Cachoeiras e Jatobá (Assis Brasil); Maiê e Santo Antônio (Boca do Acre); Mipiri e Nova Vista (Pauini); Buaçu (Manoel Urbano) e Buenos Aires (Sena Madureira). Além da construção de novas unidades de saúde, o DSEI também vem realizando a reforma da Casa de Saúde Indígena de Rio Branco (CASAI). A obra contempla a reforma do espaço construído e a construção de mais três alojamentos e uma área de recreação. Com isso, a Casai, que tem capacidade para atender até 80 pessoas, passará a atender 120 a partir de agosto deste ano, quando está prevista a conclusão da obra;

8- No tocante à qualificação profissional, o DSEI Alto Rio Purus vem investindo, em parceria com o Governo do Estado do Acre, na preparação dos trabalhadores que atuam como Agentes Indígenas de Saúde, promovendo um curso de qualificação que abrange três módulos. Atualmente, dos 104 agentes, 90 estão em fase de conclusão do terceiro módulo, cuja formatura já tem data marcada para o dia 7 de março;

9- A SESAI torna claro ainda que algumas das solicitações não atendidas à presidência do Condisi do Alto Rio Purus, e que certamente culminaram no movimento, foram avaliadas como contrárias aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade, a exemplo da criação do cargo ou função de coordenador de Polo Base para os sete polos administrados pelo DSEI como quer o Presidente do Condisi, Sebastião Manchinery. Outra solicitação não atendida pelo DSEI diz respeito à programação com 63 diárias para o presidente do Condisi, Sabastião Manchineli, visando à realização de reuniões e capacitações de conselheiros de saúde nos Polos Base. O DSEI solicitou ao Conselho o conteúdo programático para referida capacitação e o quantitativo do público alvo para que fossem programadas as despesas com alimentação, hospedagem e transporte das aldeias aos polos base, o que não foi respondido pelo Condisi. Ainda em relação às solicitações não atendidas, o Condisi pleiteava também a disponibilidade de um veículo exclusivo para as demandas do conselho. A SESAI enfatiza que todos os veículos disponíveis no DSEI estão à disposição do distrito em geral e que, quando necessário, cada setor deve encaminhar solicitação ao setor de transportes do DSEI para fazer a solicitação para determinada demanda. Outra solicitação que vai de encontro aos princípios legais da administração pública diz respeito à contratação de profissionais (técnicos de saneamento) sem a habilitação requerida legalmente para investidura no cargo e sem processo seletivo (contratação por via direta), como quer o Condisi;

10- A SESAI reitera seu apoio ao atual coordenador do DSEI Alto Rio Purus, Raimundo Costa, e ratifica que não está em negociação exonerações ou nomeações de cargos para o DSEI Alto Rio Purus, que é uma prerrogativa da Presidenta da República por indicação do Ministro de Estado

CONT.



da Saúde, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. Há três anos como coordenador do DSEI, Raimundo Costa tem conseguido avançar no que diz respeito à consolidação da assistência básica prestada nas 126 aldeias da região, bem como na organização administrativa do distrito para que esta assistência ocorra. Neste aspecto, vale ressaltar a ampliação do número de profissionais que prestam atendimento nas aldeias, com o incremento de 209 trabalhadores em 3 anos, além dos investimentos para melhorar as condições de trabalho das equipes (com a reforma da Casai e aquisição de veículos, barcos e motores de popa e contratação de horas voo), e de atendimento dos indígenas. Além disso, vale destacar que somente no ano de 2013, o referido coordenador participou de 21 reuniões de conselhos locais de saúde e mais quatro reuniões do Conselho Distrital, o que comprova o seu compromisso com o permanente diálogo com as lideranças indígenas e o fortalecimento do controle social na saúde;

11- A Sesai reitera seu total compromisso com a melhoria dos indicadores de saúde da população indígena do estado do Acre e das demais Unidades da Federação, bem como evidência a lisura e a transparência com que vem gerindo os recursos públicos e combatendo a corrupção na gestão da saúde indígena nos distritos. A SESAI reconhece que tem muito ainda a melhorar, mas que todos os esforços estão centrados em oferecer uma assistência mais digna às comunidades indígenas de todo país. Entretanto, repudia qualquer forma de manifestação que, longe de esclarecer e ajudar a construir a política de saúde indígena, usa de formas truculentas para paralisar serviços, comprometer a assistência de centenas de famílias e exigir, por meio da força, pleitos que não são legítimos.

Brasília, 21 de fevereiro de 2014.

* Com informações enviadas por Ana Patrícia Ferreira, do COMIN-Assessoria Acre Sul do Amazonas.



Rap ganha popularidade entre índios ao denunciar violência

SÍTIO BBC BRASIL, 24.02.2014

Dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) obtidos pela BBC Brasil com base na Lei de Acesso à Informação revelam que em nenhum outro lugar do país tantos índios morrem por causas externas como no Mato Grosso do Sul.

Entre 2007 e 2013, o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) do estado registrou 487 mortes violentas de índios, das quais 137 por homicídio. O dado confere à área o índice aproximado de 100 mortes por 100 mil habitantes, maior que a taxa de homicídios no Brasil (25,8) e até que a da capital mais violenta do país, Maceió (79,8).

A insegurança vivida pelos índios de Mato Grosso do Sul se faz notar até no gosto musical dos jovens. Conjuntos de rap que denunciam o racismo e a violência em grandes cidades brasileiras se tornaram populares entre o grupo.

O gênero tem ganhado expoentes dentro da própria comunidade, como os pioneiros Brô MC's, que no vídeo acima cantam o rap Tupã.

Área indígena do MS lideraria ranking de capitais mais violentas

SÍTIO BBC BRASIL, 24.02.2014



Os irmãos Devanildo, de 19 anos, e Ioracilmo, 26, deixavam em maio passado um bar próximo à reserva indígena de Dourados, no sudoeste de Mato Grosso do Sul, quando foram atacados.

A índia guarani kaiowá Doraci Cláudio encontrou os filhos à beira da estrada, os corpos rasgados por lâminas.

Tópicos relacionados

Brasil

Perto dali, seis anos antes, a polícia foi acionada para recolher o corpo de um jovem desfigurado por 25 golpes de facão, a maioria no rosto. Era Vanilson, 26 anos, também filho de Doraci.

"Nunca acaba a dor de perder um filho, e eu perdi três", ela diz.

As mortes dos irmãos ilustram a gravidade da violência sofrida por indígenas em Mato Grosso do Sul. Dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) obtidos pela BBC Brasil com base na Lei de Acesso à Informação revelam que em nenhum outro lugar do país tantos índios morrem por causas externas.

CONT.



Entre 2007 e 2013, o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Mato Grosso do Sul registrou 487 mortes violentas de índios, das quais 137 por homicídio.

Ao menos 14 assassinatos ocorreram em 2013 na reserva de Dourados, onde Doraci perdeu seus filhos. O dado confere à área o índice aproximado de 100 mortes por 100 mil habitantes, maior que a taxa de homicídios no Brasil (25,8) e até que a da capital mais violenta do país, Maceió (79,8).

A reserva, onde 14 mil índios dividem 3,5 mil hectares, é quase uma extensão da cidade de Dourados, com características comuns a bairros periféricos brasileiros. Em comparação, na Amazônia, grupos indígenas com população menor que a da reserva sul-mato-grossense costumam dispor de áreas cem vezes maiores.

A insegurança vivida pelos índios de Mato Grosso do Sul se faz notar até no gosto musical dos jovens. Conjuntos de rap que denunciam o racismo e a violência em grandes cidades brasileiras se tornaram populares entre o grupo.

O gênero tem ganhado expoentes dentro da própria comunidade, como os pioneiros Brô MC's.

Os dados de suicídio entre os índios de Mato Grosso do Sul também estão entre os maiores do país.

Nos últimos 7 anos, o DSEI local registrou 98 casos, quase todos entre jovens guarani kaiowá. A taxa, porém, pode ser muito maior, já que 109 mortes por estrangulamento não tiveram sua intenção determinada.

Autor de uma dissertação de mestrado na USP sobre o tema, o antropólogo Spensy Pimentel associa o fenômeno a um processo iniciado há quase um século, quando o extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) passou a expulsar indígenas das terras em que viviam para liberá-las para o agronegócio.

Essas ações, que se estenderam até o fim da ditadura militar, nos anos 80, agruparam famílias indígenas sem laços históricos em reservas com espaço e recursos limitados, gerando conflitos.

Nessas áreas, as famílias deviam obediência a indígenas empoderados pelo regime militar para agir de forma autoritária. Foi nesse ambiente violento e miserável, pouco alterado desde então, que os suicídios se tornaram frequentes, diz Pimentel.

Autoria dos crimes

Essas condições também ajudam a explicar, segundo os índios, os altos índices de homicídio na região. Ainda que não haja informações sobre os autores de crimes contra os índios, parentes de vítimas e lideranças comunitárias de Dourados ouvidos pela BBC Brasil atribuem a maioria das mortes a moradores das próprias áreas indígenas.

Segundo o cacique kaiowá Getúlio Juca, os crimes na reserva de Dourados geralmente envolvem o consumo de álcool ou drogas. Embora uma lei federal criminalize a venda de

CONT.



bebidas a indígenas, ele diz que o comércio ocorre livremente nas aldeias e em bares do entorno.

A responsabilidade pela segurança em áreas indígenas é compartilhada. Cabe à Polícia Federal proteger as terras de agressões externas e à polícia estadual, coibir e investigar crimes entre indígenas. Desde 2011, a Força Nacional também tem patrulhado a reserva. Os índices de violência, contudo, não se alteraram.

O delegado Lupércio Degerone Lúcio, da Polícia Civil de Dourados, admite que "não há um efetivo combate" da venda de bebidas na área, tarefa dificultada pelos vários acessos à reserva.

Ele diz, contudo, que a polícia tem se esforçado para investigar os homicídios e que há dezenas de índios condenados por crimes. O delegado afirma que em muitos casos, porém, não é possível provar a responsabilidade de suspeitos detidos pelos índios, que acabam liberados.

Segundo o cacique Juca, a inoperância policial faz com que muitos indígenas busquem punir os assassinos de seus parentes, gerando um ciclo de vinganças.

Ele diz que, como a polícia e a Justiça não têm conseguido pôr fim à violência na reserva, os líderes têm discutido criar um grupo de "segurança tradicional" para cumprir as funções policiais.

Mortes por acidente

O DSEI Mato Grosso do Sul também detêm, entre todas as áreas indígenas do país, os maiores índices de mortes acidentais. Desde 2007, houve lá 27 mortes por afogamento e 33 por acidentes de transporte.

Atropelamentos são especialmente comuns nos numerosos acampamentos erguidos por índios à beira de estradas. Fugindo das péssimas condições nas reservas demarcadas e buscando recuperar terras que dizem ter sido de seus antepassados, eles têm ocupado, desde a última década, áreas que hoje pertencem a fazendeiros.

As ações obrigaram a Funai (Fundação Nacional do Índio) a iniciar estudos para avaliar se as áreas de fato abrigavam indígenas e demarcá-las. No entanto, os fazendeiros têm conseguido travar os processos na Justiça.

Enquanto as disputas avançam a conta-gotas, os índios se expõem aos riscos de confrontos com seguranças de fazendas. Eles atribuem a "pistoleiros" uma série de mortes de indígenas na última década, entre as quais as dos líderes Nísio Gomes e Marcos Verón.

Os índios também associam as mortes por atropelamento à "luta pela terra". Na comunidade de Apyka'i, erguida no meio de uma plantação de cana na estrada entre Dourados e Ponta Porã, a frequência dos acidentes é assombrosa.

A cacique Damiana Cavanha mostra à BBC Brasil as sepulturas de seis parentes mortos nos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 35./ 2014

Brasília, 24 de fevereiro de 2014.

últimos anos. Seu marido, dois filhos e dois netos morreram atropelados, e uma tia, envenenada por agrotóxicos.

A juíza federal Adriana de Zanetti determinou que a comunidade fosse expulsa da área até 15 de fevereiro, o que ainda não ocorreu.

A cacique afirma que não deixará as terras, que considera um "tekoha" ("lugar onde se pode viver do nosso próprio jeito"). Ela diz que seus antepassados, entre os quais seu pai, estão enterrados no local.

Na semana seguinte à visita da BBC Brasil, houve outra morte na comunidade. Deuci Lopes, de 17 anos, foi atropelada por um caminhão.

Ela deixou um filho de 2 anos.

A cada 100 índios mortos no Brasil, 40 são crianças

SÍTIO BBC BRASIL, 24.02.2014



Cerca de 40% de todas as mortes entre índios brasileiros registradas desde 2007 foram de crianças com até 4 anos. O índice é quase nove vezes maior que o percentual de mortes de crianças da mesma idade (4,5%) em relação ao total de óbitos no Brasil no mesmo período.

Um levantamento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) obtido pela BBC Brasil por meio da Lei de Acesso à Informação revela que indicadores da qualidade do serviço de saúde prestado aos índios estão em patamar muito inferior aos do resto da população.

Os dados detalham todas as mortes de índios registradas desde 2007 em cada um dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), que englobam uma população de cerca de 700 mil índios. As informações de 2013 estão incompletas.

O levantamento mostra que nos últimos sete anos 2.365 índios morreram por causas externas (acidentes ou violência), dos quais 833 foram vítimas de homicídio. Outras 228 mortes por lesões não tiveram sua intenção determinada. Não há informações sobre a autoria dos crimes.

O DSEI Mato Grosso do Sul responde pelo maior número de assassinatos de índios: 137 nos últimos sete anos. Na reserva de Dourados, área indígena visitada pela BBC Brasil, moradores evitam circular à noite por medo de ataques.

CONT.



Delmira Cláudio, índia guarani kaiowá, teve três filhos assassinados dentro da reserva, todos com menos de 30 anos. Líderes da comunidade atribuem a violência à inoperância policial, ao aumento de moradores não índios e à venda de álcool dentro da reserva.

Os suicídios, por sua vez, foram a causa de 351 mortes de indígenas desde 2007. A região do Alto Solimões, no oeste do Amazonas, registrou mais casos, 104.

Um artigo recente da pesquisadora Regina Erthal apontou como principal causa para o fenômeno, comum entre o povo ticuna, o acirramento de conflitos que têm como base "o abandono a que tal população tem sido submetida pelos órgãos responsáveis pela definição e implementação das políticas públicas".

Caso fosse um país e levando em conta os dados de 2012, o DSEI Alto Solimões teria a segunda maior taxa de suicídios por habitante do mundo, 32,1 por 100 mil, atrás apenas da Groelândia. O índice entre os índios brasileiros é de 9 suicídios por 100 mil e, no país, 4,9.

Comparações entre os padrões de morte dos índios e dos demais brasileiros em 2011, último ano em que há dados gerais disponíveis, revelam outras grandes discrepâncias.

Enquanto entre os índios as mortes se concentram na infância e só 27,4% dos mortos têm mais de 60 anos, na população geral os com mais de 60 respondem por 62,8% dos óbitos.

Nas últimas décadas, avanços no sistema de saúde reduziram as mortes por doenças infecciosas e parasitárias entre os brasileiros para 4,5% do total. Entre os índios, o índice é de 8,2%.

Hoje quase a metade das mortes no Brasil se deve a doenças mais complexas e difíceis de tratar: problemas no aparelho circulatório (30,7%) e câncer (16,9%).

Já entre os índios doenças respiratórias, como gripes que evoluem para pneumonia, ainda são a principal causa de morte (15,3%). Cânceres respondem por apenas 2,9% dos óbitos entre indígenas.

Desde o fim de janeiro, a BBC Brasil espera a resposta a um pedido de entrevista com o secretário Especial de Saúde Indígena, Antônio Alves, para tratar das informações que embasam esta reportagem.

Questionamentos à secretaria sobre as mortes de crianças e as ações para combatê-las foram ignorados, apesar de numerosos e-mails e telefonemas.

A BBC Brasil ainda tentou tratar dos temas com o novo ministro da Saúde, Arthur Chioro, e com o ex-ministro Alexandre Padilha, responsável pela pasta entre 2011 e o início deste ano. Os pedidos de entrevista foram igualmente recusados.

Para o médico Douglas Rodrigues, especialista em saúde indígena da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a alta mortalidade entre crianças mostra que atendimento a índias

CONT.



gestantes e recém-nascidos ainda deixa muito a desejar.

Ele diz que as mortes de índios por doenças infecciosas têm duas razões principais: a maior vulnerabilidade de alguns grupos mais isolados a essas doenças e falhas na assistência médica.

"O mais grave é que essas doenças são evitáveis. Não dá para aceitar que em pleno século 21 tantos índios morram por doenças infecciosas."

O professor diz que, nas últimas décadas, houve grandes avanços nos serviços de saúde para os índios. Em 1999, a União assumiu a responsabilidade pela saúde indígena, que passou a ser gerenciada pela Funasa (Fundação Nacional de Saúde).

Em 2010, com a criação da Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai), subordinada ao Ministério da Saúde, as ações passaram a ser geridas por um órgão exclusivamente voltado aos índios.

No entanto, segundo o professor, a acelerada melhora nos índices verificada até o início da última década praticamente se interrompeu.

Ele cita os dados de mortalidade infantil entre os índios. Segundo uma apresentação da Sesai, a taxa despencou de 74,6 para mil nascidos vivos, em 2000, para 47,4, em 2004. No entanto, de 2004 a 2011, o índice diminuiu em velocidade bem menor, para 41,9.

No Brasil, a mortalidade infantil em 2011 foi de 15,3. E diferentemente do histórico entre os índios, o índice nacional segue baixando em ritmo uniforme.

"Saiu-se de uma situação de quase desassistência aos índios e foi se aumentando o número de pessoas e lugares em que há profissionais, o que teve um impacto muito grande. Mas depois de 2005 houve uma estabilização, o que é preocupante", diz Rodrigues.

"Agora é o momento de fazer um ajuste fino, de melhorar a qualidade".

Desnutrição matou 419 crianças indígenas desde 2008

SÍTIO BBC BRASIL, 24.02.2014



Perto de completar dois anos de idade, Júlio César já deveria falar, brincar e caminhar sozinho. O bebê, porém, é tão frágil quanto um recém-nascido.

Com 5 kg e desnutrição crônica, Júlio César tem perdido cabelo e exibe manchas na pele. O quadro do bebê - um índio xavante - é tão grave que, mesmo monitorado por uma nutricionista desde o início do ano, ele rejeita qualquer alimento exceto o leite materno e não consegue ganhar peso.

O pediatra Lásaro Barbosa, que internou Júlio César no hospital de Água Boa, em Mato Grosso, explica que casos como o dele são comuns entre índios da região. Segundo o médico, a partir do quarto ou quinto mês de vida de uma criança é preciso ensiná-la a comer para que aos poucos deixe de depender do leite materno.

"Mas se falta comida ou o alimento é de baixa qualidade, e às vezes as duas coisas ocorrem nas aldeias, os bebês não desenvolvem esse aprendizado na hora certa".

E quando o leite da mãe já não basta, diz Barbosa, os bebês que não se alimentam por outras fontes podem ficar com sequelas para sempre ou até morrer.

Um levantamento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) obtido pela BBC Brasil com base na Lei de Acesso à Informação expõe a gravidade do fenômeno.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 35./ 2014

Brasília, 24 de fevereiro de 2014.

Os dados mostram que, desde 2008, 419 crianças indígenas de até 9 anos morreram no Brasil por desnutrição.

O número representa 55% de todas as mortes por desnutrição infantil registradas no país no período, embora os índios sejam apenas 0,4% da população.

As estatísticas nacionais sobre mortes por desnutrição constam do sistema Datasus, o banco de dados do Sistema Único de Saúde (SUS).

"Essas mortes são inaceitáveis", diz o professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Douglas Rodrigues, que atua com saúde indígena há 40 anos.

Segundo ele, os óbitos poderiam ser evitados com ações básicas de saúde nas aldeias, para que casos de crianças com baixo peso sejam detectados e tratados rapidamente.

"É preciso conversar com as mães, entender por que eles não ganham peso e orientá-las sobre a melhor forma de agir."

No entanto, por causa da falta de intérpretes, a comunicação entre índios e agentes de saúde é um grande problema em muitas áreas do país, conforme ilustrado pelo caso do próprio Júlio César.

Como os pais do bebê falam apenas xavante e não havia intérpretes no hospital, o médico não pôde fazer perguntas para saber por que o menino estava desnutrido nem instruir o casal sobre o tratamento.

Segundo a Sesai, órgão subordinado ao Ministério da Saúde encarregado pela saúde dos índios, a região de Júlio César é a área do país com mais mortes por desnutrição entre indígenas. Os dados mostram que, desde 2008, 162 crianças morreram por essa causa no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Xavante.

O distrito, que abarca cerca de 20 mil índios, é uma das 34 subdivisões da Sesai criadas conforme a distribuição de grupos indígenas pelo país.

Os casos se concentram nas mais de cem aldeias no entorno da cidade de Campinópolis, no leste de Mato Grosso. Outrora coberta por florestas, a região hoje é cercada por fazendas de gado e soja.

Líderes indígenas e especialistas atribuem a alta incidência de desnutrição à mudança na alimentação dos índios nas últimas décadas. As numerosas mortes, no entanto, são atribuídas a falhas no atendimento de saúde nas comunidades.

O acesso às aldeias é feito por precárias estradas de terra. Trajetos de algumas dezenas de quilômetros podem levar horas a serem percorridos.

A Sesai dispõe de veículos 4X4 para atender emergências nas aldeias. Índios queixam-se, no
CONT.



entanto, da velocidade dos resgates e dizem que muitas crianças só são atendidas quando sua saúde já está comprometida.

"Mando buscar uma viatura na cidade às 7h (da manhã) e o carro só chega aqui às 5, 6 da tarde, quando a criança já está morta", diz à BBC Brasil João Tserept, cacique da aldeia Santa Rosa.

Ele diz que quase perdeu um neto por causa da lentidão no resgate.

Segundo Tserept, equipes de saúde visitam a comunidade no máximo uma vez por mês e são integradas apenas por enfermeiros. Como as visitas são raras e curtas, diz o cacique, priorizam-se os casos mais graves. Pacientes com doenças crônicas também ficam desassistidos.

Sebastiana Wautomoaiudo, de 86 anos, diz ter começado a sentir um grande calor nas pernas há mais de uma década. Nos últimos anos, passou a ter dificuldades para respirar à noite. Ela afirma que jamais viu um médico na vida.

Segundo as diretrizes da política nacional de saúde indígena, índios com problemas simples de saúde deveriam ser atendidos dentro das aldeias.

Muitas aldeias, porém, não têm postos de saúde nem medicamentos. O cacique João Tserept diz que, nas últimas semanas, só tem recebido o remédio Nistatina, normalmente receitado para o tratamento de infecções vaginais por fungos.

"Será que ele cura doença de febre, de pneumonia, doença de ferida, de dor de cabeça? Tudo isso é enganação."

Sem atendimento adequado nas aldeias, muitos pacientes iniciam um périplo até finalmente serem tratados. Acompanhados por parentes – já que, quando um índio adoece, é como se toda a família adoecesse –, eles vão primeiro a postos de saúde próximos às comunidades que contam com equipe fixa de enfermeiros.

Quando os casos não são resolvidos, são levados para a Casa de Apoio da Saúde Indígena (Casai) de Campinápolis, responsável por alojá-los e encaminhá-los a hospitais públicos. Como o hospital local tem poucos leitos e equipamentos, alguns acabam transferidos para a unidade de Água Boa ou até para Goiânia, a 700 quilômetros dali.

Muitos morrem entre uma escala e outra.

É comum ainda que, desestimuladas pelo mau atendimento, famílias resolvam voltar à aldeia com o parente doente antes de sua recuperação.

A situação da Casai é uma das maiores fontes de reclamações. A BBC Brasil esteve no local, uma casa onde até 80 pessoas dividem poucos cômodos com colchões mofados.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 35./ 2014

Brasília, 24 de fevereiro de 2014.

Índios disseram que, em vez de se recuperar, alguns pacientes pioram por causa das más condições do alojamento.

Gestores locais da Sesai que não quiseram ser identificados disseram que a situação melhorará com a entrega de um novo alojamento, prevista para maio.

Eles atribuem os problemas na assistência aos índios à burocracia, como as regras para licitações, e ao despreparo dos profissionais que atendem índios nas aldeias e hospitais locais.

Afirmam, contudo, que os serviços deverão melhorar com a chegada de uma médica cubana do Programa Mais Médicos, recém integrada à equipe de saúde da região.

Desde o fim de janeiro, a BBC Brasil espera a resposta a um pedido de entrevista com o secretário Especial de Saúde Indígena, Antônio Alves, para tratar das informações que embasam esta série de reportagens.

Questionamentos à secretaria sobre as mortes de crianças e as ações para combatê-las foram ignorados, apesar de numerosos e-mails e telefonemas.

A BBC Brasil ainda tentou tratar dos temas com o novo ministro da Saúde, Arthur Chioro, e com o ex-ministro Alexandre Padilha, responsável pela pasta entre 2011 e o início deste ano. Os pedidos de entrevista foram igualmente recusados.
Roça e caça

Mesmo que o atendimento médico aos índios melhore, o padre xavante Aquilino Tsirui'a diz que solução definitiva para os casos de desnutrição exige um resgate dos hábitos alimentares tradicionais dos indígenas.

Ele afirma que a transformação na alimentação dos xavantes nas últimas décadas foi estimulada, de um lado, pelo abandono de práticas agrícolas e pela menor oferta de caça nas terras indígenas, hoje cercadas por áreas desmatadas; de outro, pelo crescente ingresso de dinheiro nas comunidades via aposentadorias, salários e benefícios sociais.

Os índios passaram a comprar comida nos mercados das cidades vizinhas. A mandioca e o milho deram lugar ao arroz; a carne de caça, a biscoitos e refrigerantes. A dieta hipercalórica e pobre em nutrientes fez explodir, entre os adultos, a obesidade e o diabetes; entre as crianças, a desnutrição.

Tsirui'a cobra a Fundação Nacional do Índio (Funai) a estimular o resgate das roças nas aldeias, por meio de campanhas de conscientização e apoio técnico. Ao lado do padre Bartolomeo Giaccaria, ele tem distribuído entre os índios sementes de variedades de mandioca e milho que estavam em vias de desaparecer.

O trabalho, diz ele, já começa a surtir efeitos em algumas aldeias.

Mudanças semelhantes na alimentação dos índios – com efeitos correspondentes na saúde –

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 35./ 2014

Brasília, 24 de fevereiro de 2014.

têm ocorrido em outras áreas do país. O professor da Unifesp Douglas Rodrigues tem coordenado visitas a aldeias na região do Xingu, entre o Mato Grosso e o Pará, para alertar os índios sobre os riscos dos novos hábitos alimentares.

"Eles tinham uma dieta muito boa, mas mudaram e pegaram um pedaço da nossa dieta que é ruim. Dizemos a eles que, se vão mudar, têm que pegar os lados bons também, como consumir mais verduras e legumes".

Enquanto não se resolve o problema alimentar, diz Rodrigues, deve-se monitorar as crianças desnutridas para garantir que se recuperem. "Não se pode perdê-las de vista", diz.

Duas semanas após a visita da BBC Brasil, no entanto, as equipes de saúde perderam o contato com a família de Júlio César. O médico Lásaro Barbosa diz que, após o menino ganhar 1 kg, lhe deu alta e recomendou que ficasse na Casai até se recuperar plenamente.

A Casai informou, porém, que após passar quase dois meses longe da aldeia e sem notar grandes avanços no quadro do bebê, a família resolveu deixar o local.

A nutricionista da Casai Adriana Umutina explica a decisão: "Eles cansaram de esperar."

Operadores dos direitos indígenas debatem “desafios e estratégias atuais na defesa dos direitos indígenas”

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.02.2014



Foto: Arquivo/CIR. Legenda: Mobilização contra a PEC 215 na comunidade indígena Sabiá-Terra Indígena São Marcos(outubro/2013)

Inicia amanhã, 25 de fevereiro, às 8h, na Casa de Cura, em Boa Vista/RR, o VI Encontro Estadual dos Operadores de Direitos Indígenas. O tema dessa edição será “desafios e estratégias atuais na defesa dos direitos indígenas”.

O objetivo do Encontro é aprimorar os conhecimentos na área do direito indígena. Participam da atividade, lideranças indígenas, representantes de organizações indígenas, organizações indigenistas e instituições públicas. A previsão é de 50 participantes.

De acordo com a programação, os participantes chegam hoje, 24. Amanhã, a discussão inicia com a análise e reflexão “como vimos nossos direitos hoje?”. Em seguida o tema “entendo a formação do estado brasileiro e as leis: proposição, criação e andamento”.

Ainda no mesmo dia, 25, o Encontro vai abordar os temas: projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional (PEC 215, PEC 237, PPL 227 e outras), medidas administrativas sobre os direitos indígenas (Portaria 303, procedimentos sobre demarcações de terras indígenas e direito de consulta).

No dia 26, terá o painel com a temática sobre “princípios orientadores para implementação dos direitos indígenas: constituição federal de 1988, Convenção 169 da OIT e Declaração da ONU

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 35./ 2014

Brasília, 24 de fevereiro de 2014.

sobre direitos indígenas”. Além do tema: utilizando os mecanismos de direitos (Sistema Internacional de Direitos: CIDH, CERD, OIT).

Na programação consta também, para o dia 27, os estudos de caso da TI Raposa Serra do Sol: os trâmites, indígena, administrativo e judiciário. Os conflitos: violação dos direitos humanos e as disputas sobre a terra com argumentações de defesa nacional, área de fronteira, desenvolvimento econômico e outros contextos referentes ao processo de demarcação.

O Encontro vai encerrar no dia 28, com o Seminário Análise Jurídica e Política do caso Raposa Serra do Sol, no auditório Alexandre Borges, na Universidade Federal de Roraima, às 15h.

Fonte: Assessoria de Comunicação/CIR



Savi prestigia sétimo Ribeirinho Pantaneiro

SÍTIO PROMAD, 24.02.2014

Assessoria de Gabinete Savi destaca a impotência dos serviços prestados as comunidades ribeirinhas

O primeiro-secretário Assembleia Legislativa, deputado Mauro Savi, prestigiou a abertura da sétima edição do Projeto Ribeirinho Cidadão, ocorrida na sexta-feira (21), no município de Barão de Melgaço (120 quilômetros de Cuiabá). Assim como ocorreu nas edições anteriores, o aspecto social foi destacado por Savi, que ainda enalteceu a importância das parcerias que envolvem o projeto, como as firmadas com a Defensoria Pública do Estado, Poder Judiciário, Assembleia Legislativa, entre outros.

"Chegar nas localidades que oferecem serviços que fazem a diferença à vida das pessoas, é muito importante. E eu, particularmente, tenho um orgulho muito grande pelos ribeirinhos de Barão de Melgaço e dos municípios de toda essa região, que podem continuar contando com meu trabalho e com o trabalho da Assembleia Legislativa", destacou.

"É de pessoas como o deputado Mauro Savi, o desembargador Orlando Perri, e outros que precisamos para que um projeto como esse continue dando certo", declarou o coordenador do Projeto Ribeirinho Cidadão, o defensor público Air Praeiro.

Mauro Savi enalteceu e parabenizou Orlando Perri que, em seu discurso, anunciou que vai trabalhar este ano para que a edição do Ribeirinho Cidadão de 2015 tenha um aporte financeiro maior, por parte do Tribunal de Justiça (TJ), como forma de melhorar e ampliar os atendimentos dessas comunidades. A meta este ano é de que pelo menos cinco mil pessoas sejam atendidas.

"Eu peço a Deus que abençoe a todos por terem trazido a nós esse mutirão porque, assim, a gente consegue resolver coisas que demorariam anos para resolver", declarou a dona de casa Maia Germana de Almeida, de 60 anos, que recorreu ao setor de confecção de documentos para alterar seu estado civil.

Savi lembrou que isso "é o que a população realmente espera dos representantes do poder público e, assim como o Orlando Perri, vamos sempre estar cada vez mais próximos dessas pessoas, trazendo melhoria para a qualidade de vida delas".

Da solenidade de lançamento também participaram o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Orlando Perri, o defensor-geral de Mato Grosso, Djalma Sabo Mendes, além de médicos voluntários, que durante 10 dias servirão aos ribeirinhos nas mais diversas áreas, como exames de vistas e outras consultas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 35./ 2014

Brasília, 24 de fevereiro de 2014.

Mais informações:

Assessoria da 1ª Secretaria

(65) 3313-6507/6519/ 8110-8484 / 9201-9898